

Cuiabá-MT, 2012

Plano de Longo Prazo de Mato Grosso

Relatório da Pesquisa Qualitativa

Volume II



MT+2 

Governo do Estado do Mato Grosso

Silval da Cunha Barbosa

Governador do Estado de Mato Grosso

Francisco Tarquínio Daltro

Vice Governador do Estado de Mato Grosso

Áurea Regina Alves Ignácio
Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Jenz Prochnow Júnior
Procurador Geral do Estado

André Luiz Prieto
Defensor Público Geral

João Antonio Cuiabano Malheiros
Secretário de Estado de Cultura

Antônio Roberto Monteiro de Moraes - Cel. PM
Secretário-Chefe da Casa Militar

José Alves Pereira Filho
Secretário-Auditor Geral do Estado

Aparecida Maria Borges Bezerra
Secretária de Estado de Desenvolvimento de
Turismo

Carlos Luiz Milhomem de Abreu
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural
e Agricultura Familiar

Arnaldo Alves de Souza Neto
Secretário de Estado de Transportes e
Pavimentação Urbana

José Esteves Lacerda Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

Carlos Antonio Azambuja
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

José Gonçalves Botelho do Prado
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

Carlos Eduardo Tadeu Rayel
Secretário de Estado de Comunicação Social

Marcelo Ferra de Carvalho
Procurador Geral de Justiça

César Roberto Zilio
Secretário de Estado de Administração

Paulo Inácio Dias Lessa
Secretário de Estado de Justiça e Direitos
Humanos

Diógenes Gomes Curado Filho
Secretário de Estado de Segurança Pública

Pedro Jamil Nadeaf
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e
Minas e Energia

Eder de Moraes Dias
Secretário Extraordinário da Copa do Mundo
FIFA 2014

Roseli de Fátima Meira Barbosa
Secretária de Estado de Trabalho e Assistência
Social

Edmilson José dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Ságuas Moraes de Sousa
Secretário de Estado de Educação

Ernandy Maurício Baracat Arruda
Secretário de Estado das Cidades

Vander Fernandes
Secretário de Estado de Saúde

Francisco Antonio Vuolo
Secretário Extraordinário de Estado de
Acompanhamento da Logística Intermodal de
Transportes

Vicente Falcão de Arruda Filho
Secretário de Estado de Meio Ambiente

Apresentação

O Governo do Estado de Mato Grosso elaborou com a participação da sociedade, durante o ano de 2005, o Plano de Longo Prazo do Estado de Mato Grosso, o MT + 20. Naquele momento foram efetuadas 99 (noventa e nove) entrevistas com representantes da sociedade civil mato-grossense, e também, foram realizadas oficinas e capacitações de técnicos do Governo o que garantiu a mais ampla transparência do processo e o respeito pela pluralidade de interesses dos que integram a sociedade.

Foi solicitado aos participantes, durante a realização das entrevistas, que indicassem os problemas mais graves e os entraves que dificultavam o desenvolvimento de Mato Grosso, assim como, as potencialidades e vantagens comparativas que o Estado dispunha para promover o desenvolvimento sustentável. E também, como aproveitar as oportunidades e, ao mesmo tempo, se defender das ameaças tanto no contexto externo nacional quanto no mundial. As entrevistas procuraram também captar a percepção dos atores e agentes do Estado em relação a essas oportunidades e ameaças.

Os participantes manifestaram suas opiniões sobre as ações que deveriam ser tomadas pelo Governo do Estado para direcionar o processo de desenvolvimento e quais ações deveriam fazer parte do Plano Estratégico, vale dizer, preparar Mato Grosso para o futuro, a fim de aproveitar as oportunidades e vencer os desafios. No relatório síntese das entrevistas, de acordo com a frequência obtida, foram elencados: os problemas, as potencialidades, as oportunidades e as ameaças consideradas de maior impacto sobre o desenvolvimento de Mato Grosso, assim como, as ações consideradas prioritárias para orientar o planejamento estratégico do desenvolvimento do Estado.

Passados cinco anos da elaboração do Plano, o Governo do Estado considerou oportuno e necessário fazer revisões e atualizações no plano, para avaliar os avanços alcançados, as metas, redefinir e reorientar os programas e

estratégias. Esta atualização do MT+20 oferece as bases e define as prioridades estratégicas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

Como parte central do processo da revisão e atualização do MT+20, foi realizada uma nova bateria de entrevistas. Foram 48 (quarenta e oito) entrevistados no Governo e na Sociedade Civil – partindo do que tinha sido formulado em 2005, para testar a pertinência e atualidade dos principais problemas, potencialidades, oportunidades e ameaças que orientaram a elaboração do Plano estratégico. As entrevistas foram realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2010 e foram estruturadas em três blocos:

1. apresentação ao entrevistado da lista dos cinco principais itens definidos em 2005 para os problemas, as potencialidades, as oportunidades e as ameaças (com maior frequência e densidade de respostas na formulação do MT+20). Foi questionado, ainda, se as consideravam pertinentes e foi solicitada a explicação dessa percepção;
2. solicitação aos entrevistados que registrassem os novos problemas, as novas potencialidades, as novas oportunidades e as novas ameaças que percebiam, naquele momento, na realidade interna ou no contexto externo de Mato Grosso e que complementassem ou reformulassem o que tinha sido considerado na elaboração do MT+20;
3. solicitação aos entrevistados que recomendassem as ações consideradas necessárias para a preparação de Mato Grosso para os desafios do futuro, como enfrentar e equacionar os principais problemas e aproveitar as principais potencialidades.

O presente relatório é o resultado da análise dessas entrevistas realizadas e foram levados em consideração tanto os aspectos quantitativos como qualitativos das inferências obtidas. Neles os participantes puderam expressar livremente suas opiniões sobre a concordância ou não do que tinha sido formulado no passado e sobre sua percepção das novas condições do desenvolvimento, assim como das ações necessárias e prioritárias. Convém considerar também que o entrevistado poderia fazer mais de um comentário

sobre cada questão formulada, de modo que o número de respostas não teria que ser, obrigatoriamente, igual ao número de entrevistas realizadas.

É necessário salientar, ainda, no que se refere à liberdade de expressão dos participantes, que foram considerados todos os argumentos apresentados, mesmo que entre alguns deles tenham ocorrido contradições. A equipe técnica, que se dedicou ao levantamento e consolidação do processo participativo, não é responsável por qualquer das opiniões apresentadas, pois procurou ser fiel às declarações de cada participante.

O material gerado e organizado pelas entrevistas permitiu definir um novo conjunto de fatores – internos e externos – fundamentais para a revisão das prioridades estratégicas de desenvolvimento a médio e a longo prazo em Mato Grosso, vale dizer, a revisão e atualização do MT+20 para o horizonte de vinte anos. Foram realizados, do ponto de vista metodológico, os seguintes passos analíticos:

1. desconsideração dos fatores identificados em 2005 que não foram percebidos como relevantes e pertinentes nesta nova rodada de entrevistas, dos cinco principais listados em cada fator (problemas, potencialidades, oportunidades e ameaças). Foram mantidos apenas os que tiveram confirmação acima de 65% e os que não tiveram rejeição superior a 20% (percentuais que representam confirmação total e parcial de 80%).
2. adoção de novos fatores (problemas, potencialidades, oportunidades e ameaças) que receberam a mais alta frequência (densidade de respostas) entre os entrevistados;
3. elaboração de um novo conjunto de fatores (problemas, potencialidades, oportunidades e ameaças) com a soma dos que foram confirmados com os novos propostos de alta frequência.

Como a formulação das propostas de ação não teve como base a análise do que tinha sido definido em 2005, o tratamento das informações foi feito

procurando identificar a frequência das indicações dos entrevistados, de modo a selecionar as de maior densidade.

O relatório está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo estão contidas, sistematicamente, as opiniões formuladas pelos entrevistados sobre os principais problemas que se apresentam ao desenvolvimento do estado de Mato Grosso. São resultantes do processo de identificação das duas etapas da consulta sobre esta questão: sobre o rol dos 05 (cinco) problemas considerados como mais importantes entraves ao desenvolvimento do Estado. Os problemas foram destacados na consulta realizada em 2005, mas foi questionado se no entender deles, na atualidade, estes problemas continuavam a ter a mesma importância e os mesmos impactos sobre o desenvolvimento do Estado, ou se já não eram mais pertinentes, ou se teriam reduzida a possibilidade de influência. E, complementarmente, quais os problemas que, na visão dos entrevistados, deveriam ser incluídos por ter mais impactos.

No segundo capítulo está apresentada, da mesma forma, a sistematização das opiniões dos entrevistados sobre as principais potencialidades que existem no Estado, para o enfrentamento dos seus problemas e para a base do planejamento do desenvolvimento sustentável.

O conteúdo do terceiro capítulo diz respeito à sistematização das opiniões dos entrevistados sobre as maiores oportunidades identificadas no ambiente externo e que, se aproveitadas, dinamizariam o processo de desenvolvimento de Mato Grosso. Manteve-se a mesma metodologia adotada nas etapas anteriores, ou seja, inicialmente o questionamento sobre a pertinência ou não, na atualidade, das 05 (cinco) principais oportunidades oferecidas pelo ambiente externo para incrementar o desenvolvimento local e, num segundo momento, sobre que novas oportunidades se apresentam e que deveriam ser aproveitadas.

O quarto capítulo trata da sistematização das opiniões dos entrevistados sobre quais são as mais fortes ameaças identificadas no ambiente externo e que podem dificultar o desenvolvimento de Mato Grosso, se não enfrentados

racionalmente pelo planejamento estratégico. Manteve-se a metodologia de sistematização adotada nas fases anteriores.

O quinto e último capítulo sistematiza, de acordo com a metodologia adotada para a consulta à sociedade na revisão do Plano Estratégico do Estado de Mato Grosso, as referências às ações consideradas prioritárias pelos entrevistados e que deveriam ser incluídas no plano de desenvolvimento do Estado.



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Opinião dos entrevistados sobre os principais problemas enunciados na elaboração do MT+20 (em %).....	19
Gráfico 2 – Principais novos problemas apontados pelos os entrevistados.....	31
Gráfico 3 – Principais potencialidades do estado de Mato Grosso, segundo a opinião dos entrevistados (em %)	39
Gráfico 4 – Novas potencialidades apontadas pelos entrevistados	43
Gráfico 5 – Opiniões dos entrevistados sobre as oportunidades enunciados na Elaboração do MT+20 (em %)	52
Gráfico 6 – Novas oportunidades apontadas pelos entrevistados.....	56
Gráfico 7 – Opiniões dos entrevistados sobre a atualidade das principais ameaças para o estado de Mato Grosso (em %)	66
Gráfico 8 – Novas ameaças apontadas pelos entrevistados.....	71
Gráfico 9 – Distribuição das propostas de ações por área.....	80
Gráfico 10 – Principais ações apontadas pelos entrevistados (frequência das citações).....	81

LISTA DE SIGLAS

ABIN	– Agência Nacional de Inteligência
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER	– Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
ENEM	- Exame Nacional de Ensino Médio
EUA	– Estados Unidos da América
FAO	– Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPEMAT	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FERRONORTE	– Ferrovias Norte do Brasil
FUNAI	– Fundação Nacional do Índio
FUNDEB	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEIC	– Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	– Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA	– Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
INTERMAT	– Instituto de Terras de Mato Grosso
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONG	– Organização Não Governamental
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	– Pequena central Hidrelétrica
PETROBRAS	– Petróleo Brasileiro S/A
PLP	– Plano de Longo Prazo
PPA	– Plano Plurianual
PPP	– Parceria Público-privada

PSA	– Pagamentos de Serviços Ambientais
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	– Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SENAI	– Serviço Nacional da Indústria
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	– Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	– Serviço Social do Comércio
SESI	– Serviço Social da Indústria
UFMT	– Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	– Universidade do Estado de Mato Grosso
UTI	– Unidade de Terapia Intensiva
ZSEE	– Zoneamento Socioeconômico-Ecológico
ZPE	– Zona de Processamento e Exportação



Sumário

Apresentação	1
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
LISTA DE SIGLAS	7
I. Problemas e Estrangulamentos	10
1.1. Avaliação dos problemas definidos no MT+20 (2005).....	10
1.2.Novos problemas	20
1.3 Síntese: principais problemas atuais.....	31
II. Potencialidades.....	32
2.1 Avaliação das potencialidades definidas no MT+20 (2005)	32
2.2 Novas potencialidades	39
2.3. Síntese: principais potencialidades atuais.....	43
III.Oportunidades do Contexto Externo	45
3.1. Avaliação das oportunidades definidas no MT+20 (2005).....	45
3.2 Novas oportunidades	53
3.3 Síntese: principais oportunidades atuais.....	56
IV.Ameaças do Contexto Externo	58
4.1 Avaliação das ameaças definidas no MT+20 (2005).....	58
4.2 Novas ameaças.....	66
4.3 Síntese: principais ameaças atuais	71
V. Propostas de Ações	73
Apêndices.....	83

I. Problemas e Estrangulamentos

A primeira questão apresentada aos entrevistados, no processo de consulta realizado para a elaboração do Plano de Longo Prazo (PLP) em 2005, foi sobre quais eram os principais problemas que, na visão deles, dificultavam o desenvolvimento do Estado. O relatório síntese desta pesquisa apresenta os 05 (cinco) problemas mais citados pelos entrevistados.

Neste presente processo de revisão do Plano de Longo Prazo, estes 05 (cinco) problemas foram apresentados aos novos entrevistados para que se questionassem quanto à atualidade (permaneciam válidos?), à pertinência (continuavam dificultando o desenvolvimento mato-grossense?) e à relevância destes problemas para o desenvolvimento de Mato Grosso, a longo prazo (são de fato os que mais impactam?).

Em seguida, procurou-se obter dos entrevistados a opinião sobre existência de outros problemas igualmente pertinentes e relevantes, mas que não foram contemplados na relação apresentada, dando origem a uma nova relação de problemas ao desenvolvimento do Estado.

1.1. Avaliação dos problemas definidos no MT+20 (2005)¹

Inicialmente foi perguntado aos entrevistados se concordavam ou não com a relação dos cinco principais entraves ao desenvolvimento do estado de Mato Grosso que tinham sido considerados na elaboração do Plano, em 2005. Vale ressaltar que foram dadas garantias aos entrevistados da não identificação pessoal das respostas. As conclusões sobre as respostas a este primeiro questionamento foram as seguintes:

O primeiro problema apontado no relatório de participação da sociedade realizado em 2005, foi a “inexistência de uma estrutura logística multimodal que integre as diversas modalidades de transporte com as estruturas de armazenamento e distribuição no Estado”. Em resposta a esse questionamento, 34 (trinta e quatro) entrevistados consideraram que este problema continua sendo

¹ Em 2005 o Plano de Longo Prazo do Estado de Mato Grosso foi denominado MT+20.

grave e requer solução urgente, sobretudo, pela grande importância que tem para o desenvolvimento do Estado.

São apresentadas as sínteses dos comentários:

A logística continua sendo o “*calcanhar de Aquiles*” do desenvolvimento do Estado e o sistema de escoamento e distribuição de mercadorias ainda está muito acanhado. Fazem-se necessárias a ampliação e a utilização dos modais: fluvial, rodoviário e ferroviário para diversificar e agilizar o processo de circulação de mercadorias. A questão transitabilidade das estradas para o escoamento da produção é séria, pois encarece a saída dos produtos e os fretes ficam mais caros. Sabe-se que a melhor rota para o escoamento da produção é em direção ao Norte e não ao Sul, como realizada até hoje. Pode-se direcionar o escoamento da produção para Belém, e depois, para o exterior aproveitando os rios do Estado. A saída tradicional para o Sul seria a utilização da Ferronorte que não poderia ser considerada a melhor opção, pois o escoamento da produção pelo Norte oferece menor custo de frete.

Hoje, além de tudo, existe uma dificuldade de entendimento entre a área ambiental e a área de desenvolvimento da logística que gera pontos de gargalo. Também deve ser levada em conta a importância social das estradas, o direito de ir e vir dos cidadãos, por exemplo, a BR 163 tem o maior índice de acidentes com vítimas no Estado. Conclui-se que esta rodovia precisa de investimentos, a fim de que se possa propiciar mais segurança para os que nela trafegam. Ademais, a estrada é um fator importante para a redução do isolamento entre os municípios do Estado. É preciso ter em mente que cada vez que um desses problemas de infraestrutura é resolvido também são resolvidas algumas questões sociais.

As opiniões de quem concordava parcialmente com a existência do problema somaram 14 (catorze) depoimentos, dos quais se destacaram:

O problema existe, mas há alternativas para a sua solução se levar em consideração outros aspectos, uma vez que o problema real é a fragilidade da estrutura, a insuficiência qualitativa e quantitativa, e não, a inexistência de uma infraestrutura logística. Além do mais, os entraves de logística estão sendo

resolvidos, com a pavimentação da BR 163, da BR 158 e a ferrovia que está sendo construída para ligar a Bahia a Porto Velho, passando por Mato Grosso.

Também foi ressaltado que na implantação de hidrovias deve ser levado em conta que se estabelece uma relação de custo-benefício em conflito: entre a melhoria do sistema de transporte, por um lado, e a degradação do meio ambiente por outro. Fatores que podem comprometer a potencialidade das ricas paisagens de que o Estado dispõe.

Alegou-se ainda que a tendência atual de industrialização da produção primária reduz o problema da insuficiência de infraestrutura, especialmente para pequenos produtores, pois nos últimos tempos, as rodovias melhoraram significativamente.

Também foi salientado que a construção das estradas tem sido definida pelos políticos, segundo seus interesses e em detrimento das reais necessidades do Estado.

Apenas 03 (três) das respostas consideraram que o problema não existe ou se existe não tem a importância que tinha em 2005, pois a infraestrutura está sendo preparada: conservação e manutenção das estradas intermunicipais não-pavimentadas, recuperação da malha viária federal, federalização de vários trechos de rodovias, pavimentação das rodovias estaduais, as MTs. O Governo construiu um trecho de 90 km na rodovia que liga Campo Verde a Chapada dos Guimarães, conhecida como rodovia da vida². Houve uma considerável redução de acidentes depois que criaram esta alternativa ao separar veículos leves e pesados. A completa pavimentação da BR-163 deverá ser concluída em 2011. Chegará até Santarém e fará a ligação entre rodovia e hidrovia, fato que vai facilitar bastante o sistema de transporte no Estado.

Quando questionados sobre o problema que enfatiza “a distância que existe entre Mato Grosso e os centros mais dinâmicos do País e sobre o acesso à logística para exportação para o Sudeste e Sul”, 25 (vinte e cinco) dos argumentos foram registrados no sentido de considerar que este, ainda é um

² Existe outro trecho entre Cuiabá e Rosário Oeste que possui a mesma denominação.

sério problema, pelo que se destacam algumas afirmações como as expostas a seguir:

“De fato o problema é grave para a economia do Estado uma vez que encarece tanto as exportações quanto as importações feitas por Mato Grosso, sobretudo, as que saem e entram via portos de Paranaguá e Santos, e que oferecem um nível de eficiência que deixa a desejar. Por tudo isso, segundo declara o entrevistado, é importante que se pense na alternativa da saída para o Pacífico”.

Em 04 (quatro) dos pronunciamentos houve concordância parcial com o grau de importância do problema e, segundo esses depoimentos, pode-se observar que a distância entre Mato Grosso e os centros mais dinâmicos do País, que é natural, diminui de importância com a melhoria e ampliação da infraestrutura. A possibilidade de ligação do Estado aos portos do Pacífico, na Bolívia e no Peru, é uma boa alternativa para o escoamento da produção, principalmente para a Ásia, alegou um entrevistado. Também a agregação de valor aos produtos locais está diminuindo o problema da concorrência com outros centros considerados mais dinâmicos.

Para 19 (dezenove) entrevistados, este não é um grande problema para o Estado, pois avaliam que as perdas geradas pelo frete elevado, em face das distâncias a serem percorridas, desde a produção, até os portos do Sudeste e do Sul, têm sido mais do que compensadas pela alta produtividade das atividades agropecuárias e agroindustriais no Estado.

Quando questionados sobre a existência ou não de “problemas gerados pelos conflitos pela posse de terra em Mato Grosso”, as opiniões ficaram bastante divididas, sendo que 24 (vinte e quatro) declarações exprimiam conteúdo de reafirmação da existência do problema, dentre as quais se destacam os seguintes comentários:

“Este problema é grave em toda a fronteira agrícola do Brasil, mas tem mostrado suas piores consequências em Mato Grosso, pois traz insegurança para

os investidores e aumenta a violência na sociedade, com mortes que não se limitam ao campo, mas estendem-se também ao ambiente urbano”.

Destacam que o principal entrave ou problema nesse processo deve-se à falta de uma regularização fundiária. Disseram que o INCRA emite a “licença de ocupação”, mas não titula o ocupante da área e isso contribui para que ocorra um clima de insegurança, ocasionado pelo ‘emperramento’ do processo de ocupação das áreas de fronteira e de assentamentos.

Outro aspecto destacado foi que o Governo criou muitas áreas de reserva em espaços que já estavam com ocupação consolidada e provocou conflitos e isto aconteceu especialmente no “Nortão” do Estado, onde os proprietários já exploravam a terra há bastante tempo. O conflito reveste-se de várias formas quando, por exemplo, o INCRA amplia as áreas indígenas por meio de “interdito proibitório”, mas sem demarcação precisa dessas terras o que leva o produtor a invadir terras produtivas e terras indígenas. Os frutos da grilagem, do mesmo modo, também empurram os pequenos produtores para as áreas de preservação e para as terras indígenas.

Alguns consideram que muitas terras indígenas apresentam conflitos quando os índios têm a terra, mas muitas vezes alugam as suas terras para a plantação da soja. Também os “sem terras” geram clima de insegurança. Existem conflitos possessórios, principalmente, decorrentes de invasões.

Asseveram que esta questão pode ser resumida em 02 (dois) problemas fundamentais. O primeiro é a falta de regularização fundiária e a não concessão de licença ambiental para as regiões que foram ocupadas. O segundo problema são os conflitos gerados nos assentamentos. Afirmam que há mais de 90 (noventa) mil pessoas assentadas pelo Governo Federal e mais 140 mil pessoas assentadas pelo Governo Estadual. A maioria dos assentamentos apresenta problemas de regulamentação de terras e o ponto mais crítico é que se esses assentados que não possuem titulação da terra não podem produzir. Na região Oeste do Estado este problema é mais forte e gera muito conflito.

Outros identificam as questões levantadas pela reforma agrária, como as terras de quilombolas e as terras indígenas que são muito polarizadas e politizadas. A legislação que trata desse assunto deve ser revista e melhorada, pois ela é cheia de falhas e não leva em consideração os impactos que isto causa à economia do Estado.

Em 11 (onze) argumentos as pessoas concordaram parcialmente, com a existência de problemas que se referem à questão da posse da terra. Para esses, o problema dos conflitos pela posse da terra ainda persistem, mas em menor escala e são resultantes das falhas na regulação fundiária e isso pode ser resolvido pela ação do Estado.

Para 12 (doze) respostas obtidas, os conflitos de terra não são tão relevantes a ponto de impedir o desenvolvimento do Estado, pois isto é coisa de passado remoto e não tem mais influência, hoje.

Perguntados sobre a ocorrência de problemas resultantes dos “danos causados à biodiversidade, pela deterioração dos ecossistemas em geral, especialmente a que ocorre no Pantanal”, 33 (trinta e três) argumentos foram no sentido de confirmar este entrave, dos quais merecem destaque afirmações como:

Os problemas de degradação ambiental não ocorrem apenas no Pantanal, envolvem também a Amazônia e o Cerrado. Neste caso os maiores cuidados devem ser tomados em relação às nascentes dos rios e os desvios de cursos d’água. O Estado possui o maior potencial de reserva de água do mundo e as margens e cabeceiras dos rios devem ser mais bem protegidas, pois são importantes e não têm recebido o cuidado necessário.

Um dos entrevistados alegou que no Pantanal, as usinas que se encontram estabelecidas em seu entorno continuam a poluir. O Rio Cuiabá se encontra deteriorado. O problema do Pantanal resulta do lixo e do escoamento do esgoto que são produzidos em Cuiabá e em outros municípios e que descem pela calha do Rio Cuiabá.

A deterioração dos ecossistemas é um problema central e possui, também, uma base cultural, que pode ser melhorada com a educação da população que não sabe lidar com a preservação do ambiente, mas destacadamente, é resultado de ações criminosas, como os incêndios criminosos que ocorrem no Estado e que devem ser punidos. As queimadas ainda representam preocupações no Estado e acontecem por causas naturais, mas existem também queimadas criminosas que são usadas para desmatar áreas onde o desmatamento está proibido.

Para outros entrevistados, a agressão ao ambiente decorre, principalmente, do crescimento desorganizado das cidades, da invasão urbana em áreas verdes. Mato Grosso está atraindo população que quando aqui chega, ocupa áreas sem estrutura urbana definida. As obras de infraestrutura já implementadas no Estado tornam-se fatores críticos nesse processo de agressão ao ambiente. Os impactos causados por tais obras levam ainda a degradações dos ecossistemas que desencadeiam desvalorizações dos mesmos. É o que vem acontecendo com o Cerrado devido à construção da BR 158 ou de obras mal feitas na construção da Usina de Manso.

Para 10 (dez) entrevistados, os argumentos sobre a deterioração dos ecossistemas evidenciam que o problema, atualmente, está mais controlado. Ele existe, mas está sob fiscalização oficial e a própria sociedade se mobilizada mais a esse respeito. Destaque para os seguintes comentários:

A prática devastadora dos produtores cessou e isso não é mais um problema em Mato Grosso e o Pantanal ainda está relativamente intacto. Tanto o Cerrado como a Amazônia sofreram impactos, mas, mesmo assim, não foram tão grandes. A divulgação desses conflitos deve-se mais à pressão internacional, à atuação de ONGs e ao Ministério Público. Também deveria ser levado em consideração que a presença do boi não degrada o Pantanal. O problema é que a área não está sendo usada de forma adequada e as queimadas são resultado da estiagem, pois quando o gado é retirado, ele não faz o seu trabalho natural de comer o pasto e a palha vai ficando seca, fácil de queimar.

Foram 06 (seis) depoimentos com argumentos de que não existe deterioração que comprometa o ecossistema em Mato Grosso. Eles argumentam que o mundo vê o crescimento do agronegócio como ameaça ao bioma Amazônia, todavia há o receio de que a fronteira agrícola continue avançando e destrua a floresta. Há, ainda, aqueles que apostam no aumento da produtividade sem a expansão do uso de terras.

Segundo esse ponto de vista, o Pantanal não se encontra deteriorado, pois a exploração econômica que aí acontece não é predatória por não usa trator ou herbicida. O Pantanal teve problemas por falta de chuvas, que é uma causa natural. O manejo local é adequado. Hoje há quem defenda que não se produza nada no Pantanal, e que deve se retirar o gado e, aí, vêm as ONGs, compram grandes áreas para a preservação dos seus interesses.

Quando o problema abordado é sobre a “fragilidade do sistema de pesquisa e a assistência técnica para os produtores do Estado”, foram apresentados 26 (vinte e seis) depoimentos que confirmam a influência do problema no desenvolvimento de Mato Grosso. Pôde-se observar afirmações do tipo: “O problema não é só de ineficiência, mas também de ineficácia do setor. A fragilidade da pesquisa e assistência técnica se agravou muito. A EMPAER, empresa do Estado, é hoje uma grande fundação de produção de transgênicos, mas não orienta o produtor. A pesquisa está limitada à área acadêmica. Não existe assistência para a pequena e média empresa. O Sistema “S”: SEBRAE, SENAI, SESC, SESI, SENAR e SENAT só faz pacote de “cima para baixo” e os microempresários são considerados, apenas, como massa para dar poder político, pois são as grandes empresas que sustentam o sistema”.

Alegam que a EMBRAPA não desenvolveu pesquisa para Mato Grosso e que grande parte da produção do Estado ainda é feita por pequenos e médios produtores desassistidos. Este é o grande problema dos assentados, dos índios e também dos consumidores de serviços. A assistência técnica é inexistente em diversas áreas. A demanda por assistência técnica cresceu porque o Estado vem diversificando suas atividades econômicas.

A fragilidade da assistência técnica no Estado não se restringe, apenas, ao que diz respeito a investimentos em pesquisa, mas também ao foco de suas ações. Não há prioridade em dar assistência aos produtores que mais precisam, como por exemplo, os produtores agro-florestais que desenvolvem atividades alternativas em áreas onde não são liberadas licenças ambientais para atividades agrícolas regulares.

Em 17 (dezessete) respostas dos entrevistados, o problema do baixo investimento em pesquisa e a frágil assistência técnica ao produtor foi confirmado parcialmente. Consideram que alguns setores são bem assistidos e outros, não. Dentre os argumentos utilizados, neste sentido, destacam-se: quem sofre com a baixa assistência técnica são os pequenos produtores e os agricultores familiares. Os médios e grandes produtores estão atendidos e contam com as pesquisas da Fundação Mato Grosso.

Avaliam que com relação a esse problema nos assentamentos, o quadro é ainda mais complicado, visto que o INCRA dá a terra, assenta, faz escola, constrói creche, abre estrada, mas as terras são de baixa qualidade. Isto resulta em um novo problema, que é o de como conseguir sobreviver em uma terra pequena, improdutiva e sem assistência técnica. Outro problema alegado é o de que a maioria dos assentados não tem experiência na atividade rural e o modelo de assentamento virou um balcão de negócios com a concessão de áreas que são transformadas em chácaras para lazer de fim de semana e, sobretudo, para quem não precisa de terras.

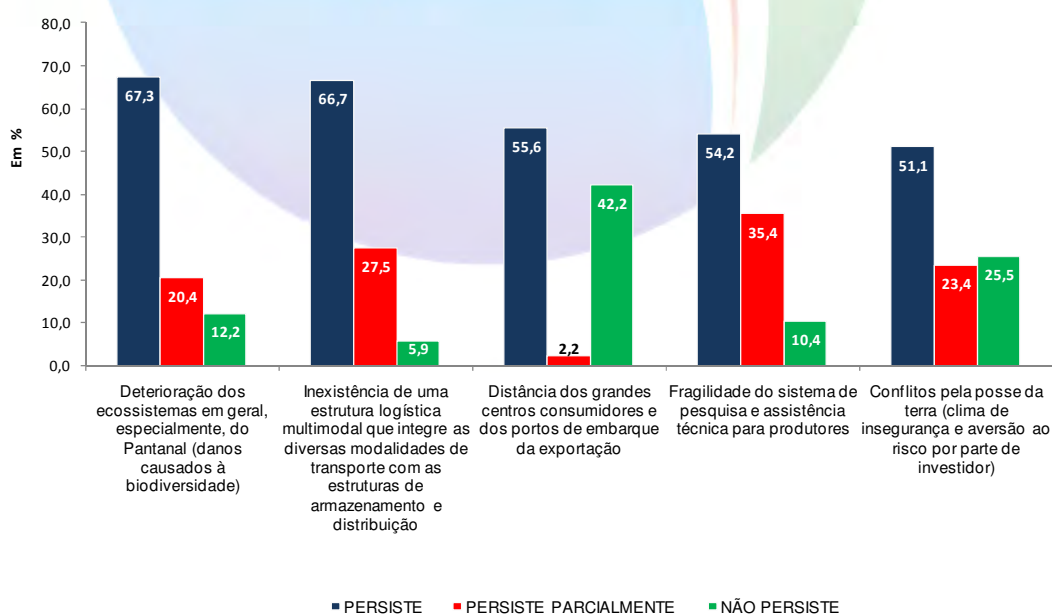
Para outros entrevistados, a extensão territorial do Estado é o que dificulta a assistência técnica e torna-se impossível atender a todos que necessitam, principalmente, quando se referem à deficiência na estrutura de transportes e logística. O Estado e a União, todavia, têm demonstrado preocupações com isso e buscam melhorias.

Para 05 (cinco) entrevistados, o problema de baixo investimento em pesquisa e assistência técnica está superado no Estado e a situação já mudou. De acordo com suas argumentações a Secretaria de Ciência e Tecnologia, nos

últimos 04 (quatro) anos, aumentou os seus recursos internos e externos e vem estabelecendo uma relação forte com a educação e com os programas de pós-graduação porque é preciso aumentar o número de doutores que atuam no Estado. Foi ampliada a participação de Mato Grosso nos Comitês Científicos tanto na Amazônia Legal como no Centro-Oeste.

Ao construir uma síntese das avaliações feitas pelos entrevistados sobre os problemas que dificultam o processo de desenvolvimento de Mato Grosso, constatados no levantamento realizado há 05 (cinco) anos, gráfico 01, percebe-se que os problemas que identificam a “Inexistência de uma estrutura logística multimodal que integre as diversas modalidades de transporte com as estruturas de armazenamento e de distribuição” e a “Deterioração dos ecossistemas em geral e, em especial, do Pantanal (danos causados à biodiversidade)” foram amplamente confirmados por mais de dois terços dos entrevistados como problemas que ainda persistem na atualidade e dificultam o desenvolvimento no Estado.

Gráfico 1 – Opinião dos entrevistados, em percentual, sobre os principais problemas enunciados na elaboração do MT+20



Por outro lado, para 42,2% dos entrevistados a “Distância dos grandes centros consumidores e dos portos de embarque da exportação” não constitui um problema relevante para Mato Grosso, embora 55,6% deles ainda julguem que esse ainda se constitui um estrangulamento ao desenvolvimento do Estado.

Da mesma forma, 25,5% consideram que os “Conflitos pela posse da terra (clima de insegurança e aversão ao risco por parte do investidor)” não constituiriam mais um grave problema no Estado ao contrário do que pensam 51,1% deles. O problema definido como “Fragilidade do sistema de pesquisa e assistência técnica para os produtores” teve uma confirmação moderada de 54,2% e para 10,4% dos entrevistados este problema foi considerado não pertinente, o que leva à conclusão de que constitui, ainda que parcialmente, um estrangulamento.

1.2 Novos problemas

Perguntados se identificavam algum problema relevante capaz de dificultar o desenvolvimento do Estado, diferente dos problemas expostos na consulta anterior, os entrevistados, em sua maioria, apontaram, como os principais:

- O deficiente sistema de educação no Estado (o maior entrave ao desenvolvimento),
- O elevado índice de criminalidade (segundo problema mais citado).

Destacaram ainda, como graves problemas:

- A morosidade da Justiça na solução dos conflitos de terra;
- O sistema tributário do Estado, com alta incidência de cobrança do ICMS sobre energia elétrica e diesel;
- A não diversificação da base econômica;
- A insuficiente e baixa qualidade da infraestrutura para o turismo;
- A fragilidade do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) aprovado recentemente pela Assembleia Legislativa do Estado.

Vale salientar que esses novos problemas foram organizados de forma que fossem detalhados nas respostas, com contradições e complementariedades, que se estabeleceram nas participações e como demonstradas a seguir, em

conformidade as principais dimensões utilizadas na metodologia adotada para análise:

a) Dimensão sociocultural

O sistema de educação no Estado é apontado como o maior entrave ao desenvolvimento e desdobrou-se nos seguintes aspectos:

- 12 (doze) intervenções apontaram o baixo nível de escolaridade da população, fato que se reflete na baixa oferta de mão de obra qualificada para as empresas, como o principal problema;
- Grande parte dos municípios é pobre e depende do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e tem gestores descomprometidos, que não investem em educação. Isso fragiliza o Estado e a Nação;
- Falta investimento no ensino técnico profissionalizante. Este problema foi apontado 2 (duas) vezes pelos entrevistados;
- A distância estabelecida entre a universidade e a comunidade, formando ilhas de conhecimento, não produz as soluções esperadas pela população, tanto em termos da formação acadêmica, como na busca do desenvolvimento sustentável;
- O País não valoriza a sua cultura, não investe em educação e em creches para crianças. É preciso investir fortemente na educação básica com comprometimento dos Governos: Federal, Estadual e Municipal;
- O Estado apresenta problemas com relação às notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de Mato Grosso é um dos piores do país;
- A baixa escolaridade dos pais cria um círculo vicioso no qual estudar ainda é considerado interesse secundário por parte das famílias, que preferem por os filhos no mercado de trabalho mais cedo;
- A falta de decisão política em priorizar o setor de educação. Este problema só será resolvido com a adoção de um planejamento estratégico que

valorize a qualidade do ensino, com metas a serem alcançadas e capacitação da gestão do ensino;

- Fragilidade do sistema de pesquisas científicas e do sistema de Ciência e Tecnologia (C & T);
- Fragilidade da política ligada à valorização do profissional de educação (professor);
- A educação para a população com base na cultura local é precária e é preciso uma capacitação dessa população para a produção de artesanato, da cultura de raiz, etc.;
- São baixos os investimentos públicos em educação. O Estado ainda não percebeu a importância da educação para ampliar os espaços sociais do cidadão.

O elevado índice de criminalidade também foi apontado como um grave problema social e os motivos mencionados pelos entrevistados para que isto ocorra são:

- Seis argumentos enfatizam que Mato Grosso sofre muito por sua posição geográfica, com extensas áreas de fronteira, especialmente com a Bolívia. Isso exige a realização de pesados investimentos estaduais e federais para uma atuação eficaz contra a violência no Estado;
- O baixo investimento do Estado nas questões de segurança aparece como causa dos altos índices de violência. Mato Grosso possui fronteira seca de 700 km. Esse fator torna o problema da falta de segurança mais grave do que o que se apresenta no estado do Rio de Janeiro, por exemplo;
- Há alta incidência de consumo de drogas em Mato Grosso. Na área de segurança, para que se tenha bom desempenho, os investimentos devem acompanhar a demanda crescente, mas isto não acontece;
- A política de segurança pública adotada pelo Estado é inadequada, insuficiente e não está focada na “pessoa humana”. O enfoque está direcionado, principalmente, para a segurança dos lojistas e compradores.

O sistema de saúde em Mato Grosso também foi apontado como foco de problemas por ofertar assistência médico-hospitalar precária que compromete a

qualidade de vida da população, especialmente, dos mais carentes, conforme foi destacado nas entrevistas:

- Os municípios situados no interior do Estado não têm condições de responder às demandas de atendimento à saúde da população, e como consequência, os pacientes vêm para Capital e superlotam os centros de saúde;
- É baixo o investimento na saúde das pessoas. Os investimentos feitos nessa área não atendem as necessidades da população;
- A frágil estrutura da saúde pública evidencia-se pelo fato de não existir distribuição regionalizada de atendimentos; quem tem melhor condição financeira recorre a outros centros, fora do Estado, como São Paulo, para obter melhor atendimento.

O problema ligado ao sistema de escoamento da rede de esgoto das cidades também foi citado em 06 (seis) colocações que destacam os problemas relacionados à falta de preocupação com a destinação dos dejetos líquidos e sólidos.

- O sistema de escoamento da rede de esgoto das cidades é deficiente e os problemas relacionados à falta de preocupação com a destinação dos dejetos são conhecidos. Falta a presença do Estado para a implantação do saneamento, pois isso tem influência na questão ambiental, na saúde da população e na qualidade de vida dos cidadãos;
- Os municípios nem sempre têm capacidades de investimentos e endividamentos. É a realidade de Mato Grosso e, principalmente, dos municípios com até 30 mil habitantes. O saneamento tem que ser encarado como serviço público e deve ser feita a redução de alíquotas para os prestadores de serviços, pois chega a ser cobrado, por exemplo, 17% de impostos no abastecimento de água.

O baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado é outro problema que tem a ver com a qualidade de vida dos mato-grossenses, para os

entrevistados. Foi apontado como problema ainda existente que ainda há a prática de trabalhos escravo e infantil no Estado.

Quanto ao universo dos problemas de ordem cultural, mereceram destaques os seguintes:

- O fato de o Estado não possuir uma identidade social, ambiental e cultural (deve-se, principalmente, à formação de sua população ter sido constituída com base em processos migratórios que, em muitos casos, “abafaram” a cultura local);
- A atitude assumida por pessoas que não se mostram proativas, com relação à cultura local, ou são pouco qualificadas no que se refere a esse aspecto cultural;
- Por outro lado, é preciso investir na mudança cultural da população ao facilitar o acesso a informações e às novas tecnologias. O acesso à INTERNET e à banda larga ainda é muito difícil em cidades menores e que se situam mais distantes da Capital;
- No tocante às ações destinadas à área cultural, o Governo Federal concentra suas atuações nos grandes centros do País. Não há interesse de grandes empresas culturais e de lazer em realizar programas em Mato Grosso, pois a população do Estado é pequena e de baixo poder aquisitivo. Assim, a oferta de atrações culturais e de lazer para a população é muito baixa;
- É baixa a produção de conhecimento sobre a cultura local;
- O empreendedorismo empresarial na área cultural é baixo. Empresários do setor não estão preparados para a inclusão no mercado, mesmo os empresários da organização privada que ficam a depender de favores do setor público. Isso faz com que este importante segmento da sociedade fique a depender de política assistencialista;
- Há uma fraca relação de confiança, no setor de cultura popular, entre entidades e comunidades;
- As estruturas de museus locais são precárias;

- No que se refere à perda da identidade cultural, há um desgaste muito grande da cultura indígena que, muitas vezes, acaba violentada pelos seringueiros;
- A auto-estima do cuiabano é baixa.

b) Dimensão político-institucional

Na esfera dos problemas gerados pela dimensão político-institucional, no Estado, durante a realização das entrevistas foram levantadas preocupações com as seguintes questões:

- A morosidade da Justiça na solução dos conflitos pela titularidade de terras faz com que estas terras fiquem em situação ambiental irregular, ou seja, o fato de não existir titulação das posses impede a regularização ambiental. Essa situação é especialmente grave nos assentamentos e nas pequenas propriedades. Foram 07 (sete) observações.
- O modelo tributário estadual é restritivo e instável. Esse fator acaba por criar uma série de inseguranças para o investidor. A desestabilização na política fiscal do Estado em relação à administração tributária e aos gastos públicos geram instabilidade fiscal, assim como, a alta carga tributária imposta pelo Estado para produtos que possibilitariam maior produtividade, como por exemplo, máquinas e equipamentos. Os altos impostos, cobrados sobre a energia elétrica e o óleo diesel no Estado, inibem o desenvolvimento de atividades econômicas. O ICMS cobrado do setor produtivo é muito pesado e faz com que todos os produtos se tornem caros para os consumidores de Mato Grosso. O Governo não mexe no ICMS e o produtor não tem como competir com produtores de outros estados porque os insumos tornam-se caros. Foram argumentos utilizados por 07 (sete) entrevistados ao registrar o problema.
- A falta de políticas públicas de desenvolvimento sub-regional e regional contribui para a manutenção das desigualdades regionais. O Estado tem municípios ricos e municípios com economia exaurida, mas nada faz para a correção destas distorções. Foram 02 (duas) observações.

- A ingerência política, a prática de corrupção no setor público e a impunidade constituíram a base dos problemas mais críticos de acordo com 02 (dois) entrevistados;
- A má qualidade das obras públicas que não são fiscalizadas durante a execução;
- A baixa qualidade dos representantes políticos de regiões do Estado, tanto por não estarem capacitados para fazer a representação dos interesses coletivos quanto por representarem seus próprios interesses ou interesses de grupos.
- A prática do coronelismo político que ainda persiste no interior do Estado e usa a política como instrumento de poder em detrimento do desenvolvimento das regiões do Estado.
- A carreira de servidor público não é valorizada por meio de salários adequados.
- A baixa capacidade que o Estado demonstra em arcar com os compromissos assumidos para a realização da Copa do Mundo de futebol em Cuiabá.
- A baixa qualidade do serviço público prestado à população é fator que interfere na qualidade de vida da população;
- As empresas privadas que prestam serviços à população, contratadas pelo Estado, não são fiscalizadas quanto à qualidade dos serviços prestados;
- O Judiciário de Mato Grosso precisa de um tratamento especial, por parte do Governo, que possibilite a estabilidade profissional dos servidores e a estabilidade nas decisões jurídicas. Muitos produtores não vêm se estabelecer em Mato Grosso pela insegurança gerada por decisões jurídicas;
- A inoperância dos órgãos ambientais que demoram ou não concedem licenças nos prazos previstos. Hoje, existem aproximadamente 50 mil trabalhadores desempregados em Mato Grosso, por falta de ação dos órgãos ambientais na concessão de licenças para a implantação de empresas;
- A limitação nas fontes de financiamento público. O estado de Mato Grosso, com a sua base tributária atual, não tem autonomia para financiar, por

exemplo, o MT+20, pois é um Estado exportador de *commodities* que é isento de cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e não recebe, em contrapartida, o ressarcimento do Governo Federal. A exportação de grãos deixa passivos ambientais e tributários. Para que se pudesse implantar o MT+20 seria necessário ampliar 30 vezes a arrecadação, o dobro do orçamento vigente, hoje, no Estado e seriam necessários 40 anos para a implantação do que foi previsto realizar em 20 anos;

- A alocação de recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), a fundo perdido, no valor de 350 milhões de reais que não foi devidamente aplicado pelo Estado, pois já passaram 03 (três) anos e não aconteceu nada. O Estado não teve a capacidade de instalar obras para tornar esses projetos aptos a receber os recursos destinados pelo PAC;
- Os conflitos de competências entre Secretarias e entre estas e os órgãos a elas vinculados;
- O sistema frágil de planejamento estadual;
- A vulnerabilidade da fiscalização na fronteira internacional de Mato Grosso possibilita a entrada ilegal de drogas e armas;
- O conflito de competência, em algumas áreas, entre a legislação estadual e a legislação federal;
- A insegurança jurídica causada pelos atos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

c) Dimensão econômica

Foram destacados os seguintes problemas:

- A não diversificação da base produtiva, a exportação dos produtos *in natura*, sem agregação de valor e o não incentivo à industrialização que impedem a geração de emprego e renda. A prioridade no investimento do agronegócio é um problema. A economia do Estado tem como base o agronegócio e quando um vai mal, o outro, também. Foram 07 (sete) argumentos utilizados pelos entrevistados para a fragilização da economia de Mato Grosso.

- A insuficiência e baixa qualidade da infraestrutura turística como: acesso, hospedagem, sinalização, informação turística, etc. Foram 04 (quatro) indicações;
- Alta concentração de renda, apesar do sucesso econômico do Estado, ainda é um grave problema em Mato Grosso;
- A inexistência de um programa de desenvolvimento estadual especial de apoio à atividade comercial, incentivando a sua ampliação, modernização e estabilidade;
- Atuação diferenciada do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC) que além ser restrito, tem o foco muito voltado ao atendimento do setor industrial;
- A agregação de valores na agricultura familiar não tem sido incentivada;
- O custo operacional da produção no Estado extrapola o valor que pode ser cobrado pelo produto;
- A baixa eficiência das políticas relacionadas com as cadeias produtivas locais, como as que poderiam se desenvolver através da exploração das jazidas de potássio e de ferro;
- A limitação das fontes de financiamento para os pequenos produtores;
- A falta de instituições especializadas de informação e orientação para o cidadão que deseja montar seu próprio negócio, a fim de que ele possa aproveitar as oportunidades de negócio;
- A Lei Kandir que estimula a agricultura voltada para a exportação e que desestimula a produção de alimentos para o mercado interno;
- A elevada concentração fundiária. A utilização de uma extensão territorial bastante grande (aproximadamente 48 milhões de hectares) para a agropecuária não se reflete no valor da produção. As terras estão concentradas nas mãos de poucos, inclusive, aqueles que as usam com finalidades especulativas;
- As reservas públicas de terras diminuem a disponibilidade de espaço para a ampliação da produção agropecuária;
- Fragilidade no incentivo à produção de alimentos que compõem a cesta básica possibilita a insegurança alimentar nos assentamentos dos municípios e do Estado.

- A inibição da produção local de alimentos, (comidas típicas) para comercialização e difusão da cultura local, enfraquece o potencial turístico do Estado.

d) Dimensão ambiental

As questões sobre o meio ambiente que foram levantadas como problemas cujo enfrentamento se reveste de grande importância para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso têm o seguinte teor:

- O Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), como foi aprovado pela Assembleia, reduz as áreas para conservação e proteção ambiental. Essa situação deverá provocar desgaste na imagem do Estado que se mostra contrariando o trabalho técnico e participativo realizado no momento de sua elaboração. Este foi um dos problemas citados por 04 (quatro) entrevistados;
- A Insuficiência de programas de fomento para agricultura familiar e para a pecuária familiar e agroecológica, aparece em 02 (duas) indicações de principais problemas;
- O fato de a produção agrícola ser predatória dos recursos naturais e o registro de que há contaminação de alimentos e da água por uso de agrotóxicos. Foram 02 (duas) indicações de problemas comprometedores do desenvolvimento sustentável no Estado;
- A restrição das regulamentações ambientais é um problema sério, pois segundo este princípio, é preferível matar o homem de fome e manter a natureza intacta. Há demora na liberação da licença de instalação dos empreendimentos com burocracia, tanto na esfera estadual como na federal. Os “gringos” não têm restrições fortes lá fora e isso reduz a nossa competitividade no âmbito internacional. Esta questão foi levantada por 02 (dois) entrevistados;
- A indefinição dos limites das terras indígenas e das áreas de proteção ambiental dificulta o cumprimento das leis e a ocupação legal de terras para a produção agropecuária;

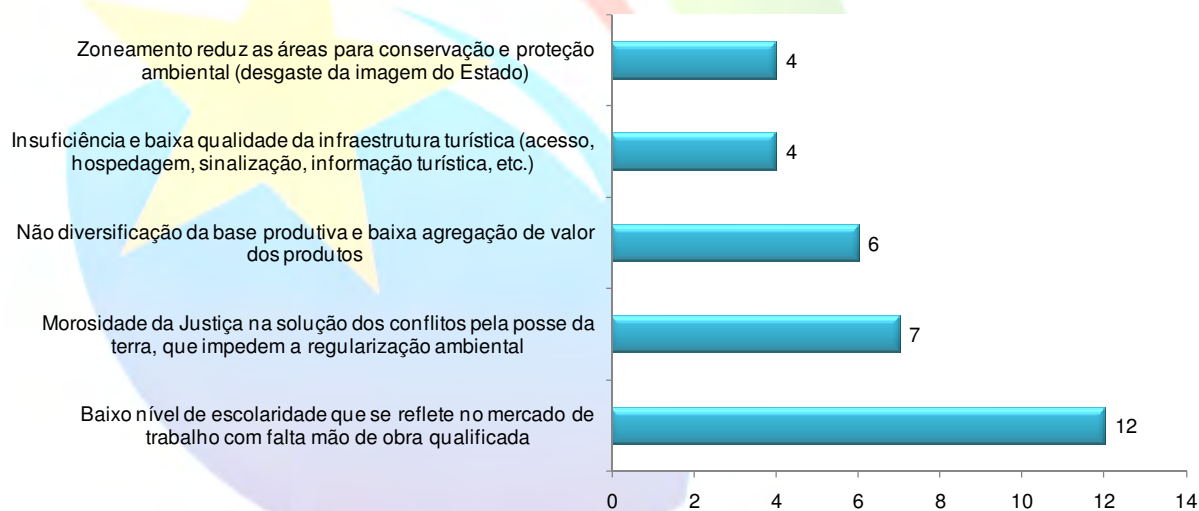
- As restrições ao plantio de cana-de-açúcar no Pantanal, onde já existem usinas antigas e que nunca causaram prejuízo ao ambiente, inibem o desenvolvimento da região;
- A biopirataria que vem sendo praticada, sem controle, é um problema. Já foram identificados produtos medicinais de origem local com registros em outros países. Os índios são enganados por oportunistas porque Mato Grosso não tem nenhuma lei que preserve as descobertas e as inovações realizadas aqui;
- O problema gerado pelo desmatamento praticado no Estado. É preciso ter mais cuidado com a mudança climática que afetam todo o planeta. Mato Grosso era verde e já não é mais;
- A atuação do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA) que tem a função de fazer a defesa sanitária animal é um órgão com muitas fragilidades. A defesa sanitária aqui ainda é muito deficiente e o INDEA deveria ser uma agência de regulação, sem intervenções de interesses políticos;
- A inadequação da legislação estadual de inspeção sanitária estabelece padrões que não permitem formas tradicionais de produção de alimentos e proporciona problemas sérios, principalmente, para os pequenos produtores;
- Os problemas ocasionados pelo impacto ambiental causado por construções de obras de infraestrutura: estradas, pontes, etc.
- A questão ambiental não é plenamente considerada nos projetos de desenvolvimento. Falta integração interinstitucional;
- O desmatamento do Cerrado compromete as nascentes e as matas ciliares de rios formadores da bacia do Prata. Esta corre para o Sul e alimenta cinco países, há também, os rios da bacia Amazônica, ao Norte. Todos são de grande importância para o meio ambiente.

Ao organizar os problemas, levando em consideração aqueles que apresentaram maior densidade (frequência de respostas), é possível selecionar os 05 (cinco) problemas que foram considerados, pelos entrevistados, de maior

poder de influência sobre o processo de desenvolvimento de Mato Grosso e que não constaram da relação realizada anteriormente:

O problema mais destacado pelos entrevistados foi o “baixo nível de escolaridade” com suas implicações negativas no mercado de trabalho como, por exemplo, a carência de mão de obra qualificada que compromete a competitividade da economia mato-grossense. Em segundo lugar, foi destacado por um bom número dos entrevistados o problema que decorre da morosidade da Justiça na solução dos conflitos pela terra e por isso impedem a regularização ambiental. O baixo nível de agregação de valor à produção agropecuária também foi ressaltado como não diversificação da base produtiva e a baixa agregação de valor dos produtos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Principais novos problemas apontados pelos os entrevistados



1.3 Síntese: principais problemas atuais

Ao reunir os problemas anteriores, que na atualidade, foram confirmados como relevantes em conjunto com os novos problemas identificados como de mais alta relevância, pode-se destacar os cinco problemas centrais de Mato Grosso neste novo ciclo de planejamento:

- a. Inexistência de uma estrutura logística multimodal que integre as diversas modalidades de transporte com as estruturas de armazenamento e distribuição;
- b. Deterioração dos ecossistemas em geral e, em especial, o que ocorre no Pantanal (danos causados à biodiversidade);
- c. Baixo nível de escolaridade que se reflete no mercado de trabalho com falta de mão de obra qualificada;
- d. Morosidade da Justiça na solução dos conflitos pela terra e que impedem a regularização ambiental;
- e. Não diversificação da base produtiva e baixa agregação de valor dos produtos.

II. Potencialidades

No levantamento realizado em 2005 para o MT+20, foram apontadas 05 (cinco) grandes potencialidades relevantes para o desenvolvimento futuro do Estado. Nesta rodada de entrevistas para revisão do Plano, foi solicitado aos entrevistados que se posicionassem a respeito dessas potencialidades: concordando totalmente, concordando parcialmente ou discordando com explicações sobre a posição. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

2.1 Avaliação das potencialidades definidas no MT+20 (2005)

Quando a referência à potencialidade dizia respeito à existência de ricas paisagens naturais e acervo cultural para a exploração do turismo, em todas as suas vertentes os entrevistados, em 42 (quarenta e duas) respostas, concordaram que isto constitui uma grande potencialidade para Mato Grosso, principalmente, para o desenvolvimento de atividades turísticas. Destacaram:

- Existe um grande potencial para turismo rural, principalmente, com a exploração de novos atrativos: “Cidade de Pedra” em Rondonópolis, Cachoeiras em Tangará e potencial turístico da região de Nobres. O Pantanal é uma das maiores belezas do mundo e é preciso que todos conheçam esse potencial. As paisagens locais não são só ricas, mas únicas, como o Pantanal, a transição do Cerrado para a Amazônia;

- Mato Grosso é espelho para o mundo com seu acervo natural, porém o Estado precisa explorar melhor o seu patrimônio cultural. É preciso pegar o canhão de luz e focar em Mato Grosso. A cultura simbólica de um lugar é uma questão econômica e mexe com um mercado bilionário em todo o mundo. Cada vez mais essa atividade incrementa a economia ao gerar empregos, renda e tributos para o Estado;
- O turismo ganha uma nova dimensão com relação à realização da Copa do Mundo e o investimento urbanístico vai ser muito grande em Cuiabá.

Houve concordância parcial de 05 (cinco) participantes com a afirmação de que essa seja uma das maiores potencialidades do Estado, porque as riquezas das lindas paisagens naturais e a cultura estão sendo atingidas, e se perdendo pelo mau uso. Além do mais, é preciso trabalhar o turismo dentro da visão de sustentabilidade porque, atualmente, predomina a visão desenvolvimentista. Assim, embora o Estado possua recursos não é possível ver no turismo grande potencialidade para o Estado, pois a sua infraestrutura é cara e a sua procura é seletiva.

Apenas 01 (um) entrevistado não concordou que essa seja uma potencialidade para Mato Grosso. Ele acredita que esse ufanismo deve ser relativizado, pois não tem ocorrido trabalho e investimento para viabilizar esse potencial.

Quando questionados sobre a possibilidade da disponibilidade de terras com baixo custo para viabilizar a expansão da fronteira agrícola no Estado, apenas 10 (dez) entrevistados concordaram que esta é, ainda, uma potencialidade a ser explorada para o desenvolvimento do Estado.

Alega-se, inclusive, que atualmente há uma demanda alta por biocombustíveis e a concorrência que o Estado pode sofrer com outros produtores é reduzida porque eles não dispõem de muitas terras para a produção. Mato Grosso ainda dispõe de terras “não exploradas” e “terras degradadas” que se recuperadas, podem ser reaproveitadas.

Em 11 (onze) argumentos apresentados dominou a tendência em concordar parcialmente que a existência de terras de baixo custo, disponíveis no Estado, seja um potencial, pois o custo da terra é baixo apenas em algumas regiões do Estado. No momento em que o Estado definir bem a sua estratégia socioeconômico-ecológica, esse item será descartado, mesmo que hoje ainda seja possível encontrar terras baratas.

Para alguns, o preço da terra não é baixo, ele se torna baixo em comparação com os preços nacionais e internacionais. Por exemplo, o gaúcho vende um pouco de terra lá no Rio Grande do Sul e compra muita terra em Mato Grosso. Também foi alegado que potencial de terras de baixo custo se encontra prejudicado uma vez que a expansão da fronteira agrícola já chegou à fronteira da floresta que precisa ser preservada.

Alegou-se, ainda, que é a qualidade da terra que a torna mais barata. Há terras muito produtivas em função de os terrenos, por suas localizações, serem mais planos e com isso os produtores obtêm maiores produtividades com até duas safras por ano.

Em outra posição estão os que atribuem o baixo custo da terra ao fato de que a exploração econômica dessas terras não dá retorno aos produtores, pois exige muito investimento e, como consequência, muitos deles possuem alto índice de endividamento junto ao Banco do Brasil.

Em 29 (vinte e nove) opiniões formuladas pelos entrevistados consta a impressão de que há muitos anos que não existem terras baratas em Mato Grosso, pois a existência de regiões degradadas elevou o preço das terras férteis. Existe muita pressão nas terras do Cerrado, especialmente, com o interesse de grupos fortes nacionais e internacionais pelas terras que estavam à venda no mercado e essa concorrência elevou o preço.

Destaca-se, dentre as alegações, que a disponibilidade de terras baratas não existe mais, é uma lenda. O que tem acontecido é um aproveitamento maior da terra, com a modernização das técnicas utilizadas no manejo, a mecanização da produção e a substituição da criação de gado a céu aberto para a criação do gado

confinado. O crescimento da agropecuária em Mato Grosso foi muito grande e terras que custavam de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 o alqueire, hoje custam R\$ 12.000,00.

A disponibilidade de recursos naturais renováveis e de recursos minerais foi considerada, em 33 (trinta e três) depoimentos, como uma potencialidade cujo aproveitamento pode direcionar o desenvolvimento sustentável do estado de Mato Grosso.

A exploração mineral pode vir a ter um grande avanço no Estado. Estudos recentes identificaram um excelente potencial mineral. Foram descobertas jazidas, especialmente, de fosfato. A partir disso, boa parte dos fertilizantes pode ser produzida em Mato Grosso, com redução nos custos de insumos para a agricultura. Com a implantação da ferrovia, esse potencial será ampliado porque ligará o Norte, onde tem muita reserva de minérios, ao Sul do Estado. O Estado possui reservas de ouro, diamante, minério de ferro, zinco e manganês. Os recursos hídricos também representam um grande potencial para o Estado.

A criação de gado confinado também é uma potencialidade, devido à disponibilidade de milho, soja, sorgo e milheto para a ração.

Em 11 (onze) colocações apresentadas os entrevistados concordaram parcialmente que a abundância de recursos naturais renováveis como potencialidade, pois consideram que na medida em que esses recursos forem mal usados, podem ser dilapidados. Existe, ainda, o risco da exploração clandestina, fato que está sendo investigada pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Acrescentam-se ainda, os riscos decorrentes do interesse internacional pela Amazônia, por considerarem que a Amazônia ainda é um “cofre fechado”, que não pode ser aberto pelo “homem da motosserra” e, sim, com o auxílio da ciência e tecnologia. Aí será possível encontrar minerais como urânio, tungstênio, entre outros.

Segundo os entrevistados, a curto prazo, não vai haver uma expansão da utilização dos recursos naturais renováveis e minerais, uma vez que no Estado as

coisas acontecem em encadeamento. Esse ciclo deverá ocorrer em momento posterior, podendo se desenvolver a longo prazo.

Alguns concordaram ser esta uma potencialidade disponível no Estado, mas parte desta riqueza encontra-se em terras indígenas. Isto tem sido a origem de vários conflitos, porque as terras indígenas devem ser respeitadas e protegidas de exploração indevida de suas riquezas naturais.

Em 02 (dois) argumentos esta não foi considerada uma potencialidade para o Estado, alertaram, ainda, que caso resolvam incentivar a exploração, a longo prazo, isso se tornará um problema, em vez de potencialidade.

A capacidade de exploração de energia renovável, quando analisada como potencialidade para o desenvolvimento do Estado, tanto na produção de biodiesel como o extenso potencial de produção de energia com a utilização da biomassa, e também, o potencial hidrelétrico, 39 (trinta e nove) entrevistados consideraram que a utilização desse potencial poderia atender, com folga, a demanda interna por energia e, até mesmo, exportar o excedente. Essa seria uma grande potencialidade para o desenvolvimento de Mato Grosso. Ocorreram, também, opiniões que apontam para a exploração do potencial hidrelétrico (energia limpa e renovável) dos rios Teles Pires, Tapajós, Xingu e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

O Estado possui áreas degradadas e arenosas que podem ser usadas para o reflorestamento com eucalipto para a produção de biomassa. É uma energia limpa e que pode proporcionar emprego e renda para a população. Mato Grosso poderá se tornar exportador de energia e já vem explorando esse potencial. Atualmente produz energia de biomassa com o bagaço de cana e, por isso, é importante viabilizar a exploração da cana, especialmente na bacia do Paraguai.

A capacidade de exploração de energia renovável ampliou-se muito. Há 05 (cinco) anos atrás isto era um sonho para o Estado, hoje a maior capacidade de produção de biodiesel no Brasil está em Mato Grosso. Sua exploração vai ajudar a agricultura, agregará valor aos produtos locais, como por exemplo, esmagar a soja para a produção do óleo.

Nas entrevistas, 07 (sete) depoimentos foram no sentido de concordar parcialmente com a possibilidade de exploração dessa potencialidade. De acordo com os argumentos, a capacidade de geração de energia renovável é grande, mas ela depende do Governo Federal e da iniciativa privada para a disponibilização de recursos. Também foi alegado que o potencial das PCHs talvez já esteja se esgotando porque, além dos recursos hídricos já aproveitados, 58 (cinquenta e oito) novas centrais estão em processo de licenciamento. Há riscos ambientais e sociais com as construções dessas pequenas hidrelétricas. Os índios já se movimentam para saber se as usinas planejadas e que cortam suas terras são necessárias ao Estado. Também a produção do biodiesel apresenta riscos ambientais, por outro lado, estão deixando de lado a exploração da energia solar.

Em apenas 01 (um) depoimento o argumento foi de negação desta potencialidade, por considerar a produção de energia vulnerável, e também, pela possibilidade de conversibilidade dos produtos da cana ao sabor do mercado, ora produzindo álcool, ora produzindo açúcar.

O MT+20 apontou como a quinta potencialidade do Estado a possibilidade de exploração das suas principais cadeias produtivas. Essa potencialidade recebeu 36 (trinta e seis) confirmações por parte dos entrevistados, sendo mesmo considerada por alguns como o potencial mais importante, pois traz grandes investimentos para o Estado e possibilita a ocupação da mão de obra local.

Para alguns, a maior cadeia produtiva instalada no Estado é a do agronegócio, principalmente, a produção de grãos e gado. Vale lembrar que das 10 (dez) maiores indústrias de alimentos do mundo, 07 (sete) têm plantas instaladas no Estado. A atração dessas indústrias acontece em função do clima, que favorece o plantio de grãos. Também é lembrado o potencial decorrente da expansão da piscicultura que tem importância por gerar valor e reduzir a pesca predatória.

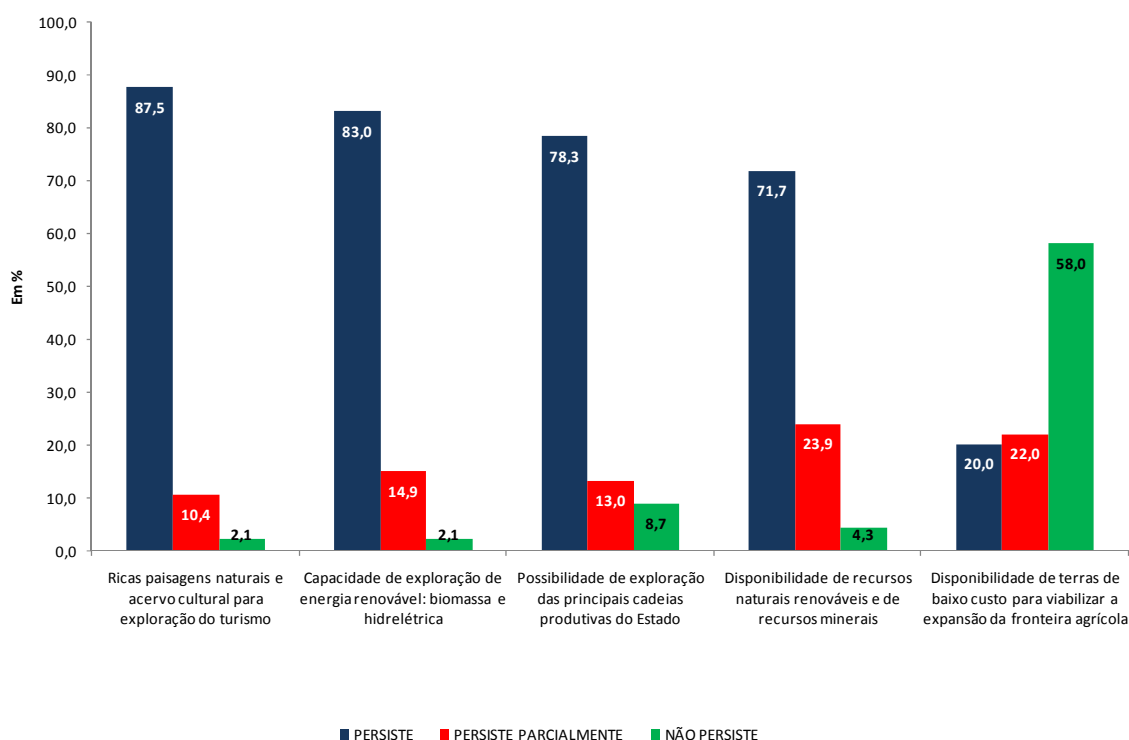
Mato Grosso pode se tornar o maior produtor de alimentos do Brasil com o desenvolvimento do agronegócio de grãos, carnes, etc., com a verticalização da produção e agregação de valor aos produtos. A Sadia, por exemplo, é uma

indústria que produz bens com alto valor agregado, destinados à exportação. Da soja, além do grão, se produz o farelo e o óleo. A piscicultura, a suinocultura e a avicultura também representam cadeias importantes e devem estar associadas à cadeia de grãos, visto que transformam a proteína vegetal em proteína animal. A madeira também é um forte potencial, desde que seja feita com manejo sustentável.

Em 06 (seis) argumentos aparece uma concordância parcial em considerar essa potencialidade como de grande importância para o desenvolvimento do Estado. Ela só seria válida se nessa exploração forem envolvidos os pequenos produtores e fosse feita com responsabilidade social e ambiental.

Para 04 (quatro) argumentações apresentadas, as cadeias produtivas não existem no Estado e os produtores locais não têm interesse em desenvolvê-las. Segundo alegam, não há cadeias produtivas concretas instaladas no Estado, mas, apenas, oportunidades localizadas em alguns elos das cadeias. Alguns asseveram que o agronegócio é prejudicial ao povo e já tem demonstrado prejuízos para a saúde da população e para a diversidade ambiental. O Estado é o grande produtor de soja, mas quem consome a soja produzida são as vacas da Holanda e por isto estaria demonstrado que esta atividade não é sustentável.

Gráfico 3 – Principais potencialidades, em percentual, do estado de Mato Grosso, segundo a opinião dos entrevistados



Em síntese, como mostra o gráfico 3, apenas uma das cinco potencialidades destacadas em 2005 foi considerada irrelevante ou não pertinente para esse novo ciclo de planejamento, qual seja: “Disponibilidade de terras de baixo custo para viabilizar a expansão da fronteira agrícola”; o percentual dos que consideraram não pertinentes supera a soma dos que ainda defendem a sua validade e dos que parcialmente consideram ainda relevantes. As outras quatro potencialidades foram amplamente confirmadas pelos entrevistados, vale dizer: “Ricas paisagens naturais e acervo cultural para exploração do turismo”, “Capacidade de exploração de energia renovável: biomassa e hidrelétrica”, “Possibilidade de exploração das principais cadeias produtivas do Estado”, e “Disponibilidade de recursos naturais renováveis e recursos minerais”.

2.2 Novas potencialidades

Quando questionados sobre a existência de outras potencialidades que deveriam ser exploradas para o desenvolvimento do Estado, houve certa dispersão nas respostas. Só algumas das potencialidades apresentadas obtiveram mais de uma citação.

Entre as novas potencialidades ao desenvolvimento do Estado foram destacadas as seguintes: A possibilidade de exploração da flora medicinal, a potencialidade apresentada pela agricultura familiar e pelo extrativismo, a diversidade arqueológica e histórica do Estado, e as condições edafoclimáticas apresentadas pelo Estado.

Ao sistematizar as novas potencialidades sugeridas pelos entrevistados, nas dimensões estabelecidas na metodologia adotada para a pesquisa, destacam-se os seguintes posicionamentos:

a) Dimensão econômica

Foram destacadas:

- Para 03 (três) entrevistados, há possibilidades de exploração da flora medicinal pela existência de muitas plantas medicinais mato-grossenses. A biodiversidade pode ser interpretada, também, como recurso para a medicina na experiência de novos medicamentos, inclusive, aproveitando o conhecimento dos povos tradicionais que vivem no Estado.
- A possibilidade de implementar a agricultura familiar é vista como potencialidade por 03 (três) entrevistados. O Estado deveria investir na agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar, respeitando a natureza, agregando valor aos produtos, conferindo à produção uma condição de alimento saudável, bom para a saúde da população e criando condições de emprego para a população de baixa renda. Essa atividade seria capaz de produzir hortifrutigranjeiros que ainda são importados pelo Estado.
- A possibilidade de expansão do extrativismo vegetal foi apontada como potencialidade por 02 (dois) entrevistados.
- A possibilidade de utilização do transporte aquático também foi indicada como potencialidade por 02 (dois) participantes das entrevistas. Hoje o Estado tem um problema que pode ser transformado em um potencial. As hidrovias não vêm sendo exploradas devidamente e elas podem contribuir para solucionar o maior problema do Estado que é o da fragilidade

logística. Existe a possibilidade de exploração da hidrovia no Teles Pires, no Tapajós e em outros rios.

- A existência do ambiente natural preservado para obtenção de créditos de carbono é um potencial a ser utilizado;
- A tendência à ampliação do comércio, com o crescimento da demanda, vem atraindo redes de supermercados e cadeias lojistas para o estado de Mato Grosso;
- A possibilidade de criação de um polo tecnológico;
- A existência de áreas degradadas que podem ser reaproveitadas;
- A instalação de indústrias de transformação de matéria-prima, com possibilidades de agregação de valor aos produtos locais;
- A disponibilidade de mão de obra de custo muito baixo;
- A bacia leiteira também é uma boa oportunidade para o pequeno produtor, se o Governo voltar a fomentar a Empresa Mato-grossense de Assistência e Extensão Rural (EMPAER);
- As estradas e ferrovias que estão sendo construídas no Estado proporcionarão, inclusive, a redução da distância entre o porto de Paranaguá e Mato Grosso e facilitarão a comercialização de produtos;
- A cadeia de adubos pode transformar o gás da Bolívia em uréia e reduzir o custo de produção da agricultura, pois já existe o gasoduto instalado no Estado;
- O potencial florestal possibilitará a produção de essências florestais, como o eucalipto, que também pode ser aproveitado para gerar energia, fabricação de papel, aglomerados, etc.;
- Hoje, outras grandes potencialidades estão na expansão e organização urbana de negócios, na prestação de serviços, no crescimento da indústria;
- A produção de artesanato contribuirá para a ampliação do turismo;
- A melhoria na produção pecuária com a utilização da técnica Voisin, de criação de gado confinado. Hoje em Mato Grosso, já existem uns 05 ou 06 produtores que exploram esta técnica.
- O crescimento do setor urbano que abre espaços para a economia de serviços.

b) Dimensão sociocultural

Nesta área, os participantes das entrevistas destacaram as seguintes novas potencialidades:

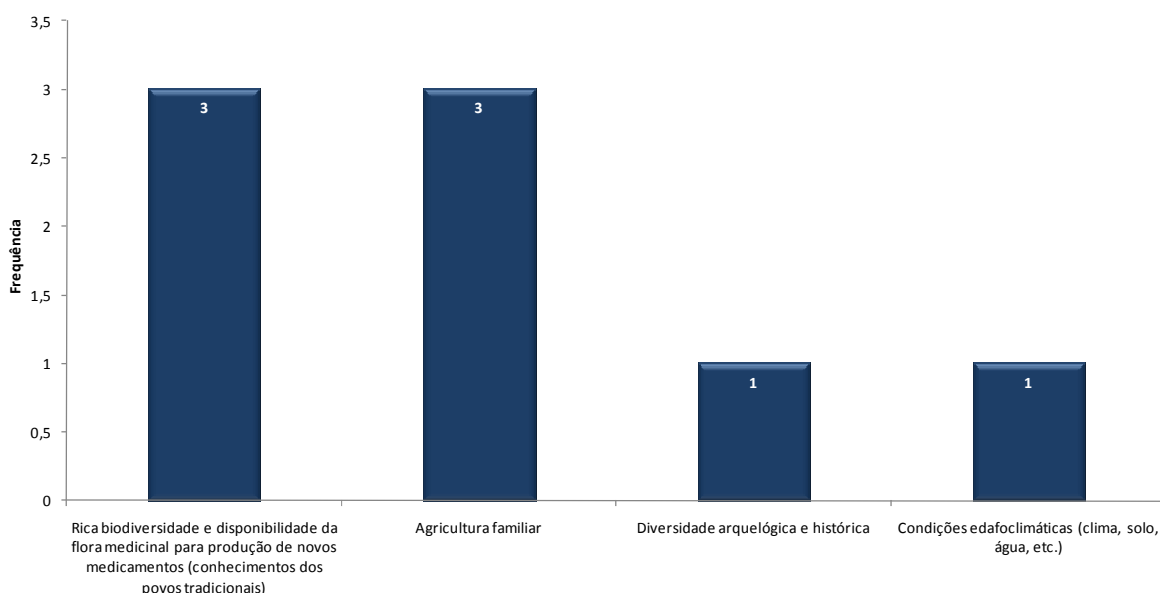
- A diversidade arqueológica e histórica de Mato Grosso.
- A grande quantidade de terras públicas que podem ser usadas na reforma agrária, sem custos de desapropriação por parte do Governo.
- A interiorização das Universidades, com a consequente melhoria do capital humano no Estado.
- O aumento do potencial intelectual no Estado, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), em cursos de pós-graduação, número de doutores, etc.;
- A aproximação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com o setor privado para a produção de conhecimentos;
- A boa distribuição populacional do Estado, em cidades pequenas e médias, o que facilita a implantação, com êxito, da política de segurança;
- O fato de que, na década de 70, quando foi feita a ocupação da Amazônia, formou-se uma sociedade muito moderna e acessível às transformações. O povo cuiabano é fruto dessa mistura. São pessoas do país inteiro que para Mato Grosso se dirigiram e trouxeram características empreendedoras e inovadoras.
- A existência potencial de conhecimentos acadêmicos que associem tecnologias com conhecimentos tradicionais para possibilitar a convivência e a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável.

c) Dimensão ambiental

Foi destacado ainda, nas entrevistas que se referem ao ambiente, que o grande potencial do Estado não é a disponibilidade de terras, mas sim, as condições edafoclimáticas (clima, solo, água, etc.).

Ao analisar a frequência dada às respostas, na dimensão ambiental, pôde-se identificar que houve nas novas potencialidades consideradas como mais relevantes para o desenvolvimento de Mato Grosso e de acordo com os dados do gráfico 4, uma grande dispersão. Apenas duas potencialidades tiveram uma densidade igual a 03 (três) formulações: “Rica biodiversidade e disponibilidade da flora medicinal” para produção de novos medicamentos, especialmente se utilizarem conhecimentos dos povos tradicionais e “Agricultura familiar”.

Gráfico 4 – Novas potencialidades apontadas pelos entrevistados



Entretanto, a potencialidade formulada como as boas condições edafoclimáticas (clima, solo, água, etc.), embora tenha obtido baixo número de indicações, é apontada como a base para o aproveitamento do potencial oferecido pela agropecuária, encontra-se incluída aí a agricultura familiar. Da mesma forma, a diversidade arqueológica e histórica poderia ser um potencial para utilização na atividade turística.

2.3. Síntese: principais potencialidades atuais

As potencialidades para o novo ciclo de planejamento decorrem da combinação das que foram confirmadas entre as definidas em 2005 e as novas

propostas que obtiveram frequências mais elevadas. Dessa análise, foram definidas as cinco potencialidades mais importantes para o desenvolvimento de Mato Grosso:

- a) Ricas paisagens naturais e acervo cultural para exploração do turismo;
- b) Capacidade de exploração de energia renovável: biomassa e hidrelétrica;
- c) Possibilidade de exploração das principais cadeias produtivas do Estado;
- d) Disponibilidade de recursos naturais renováveis e recursos minerais;
- e) Rica biodiversidade e disponibilidade da flora medicinal para produção de novos medicamentos (com a utilização do conhecimento dos povos tradicionais).



III. Oportunidades do Contexto Externo

Dando continuidade ao levantamento de opiniões dos representantes da Sociedade Civil e lideranças políticas, foram apresentadas aos participantes as oportunidades geradas pelo contexto externo e consideradas, no último levantamento, como mais importantes e que se devidamente aproveitadas, poderiam ajudar no desenvolvimento de Mato Grosso no longo prazo.

3.1. Avaliação das oportunidades definidas no MT+20 (2005)

Questionados se as 05 (cinco) oportunidades levantadas em 2005 ainda eram pertinentes e relevantes para o futuro de Mato Grosso, os entrevistados apresentaram as seguintes opiniões:

A oportunidade definida como “crescimento das demandas nacional e internacional de alimentos e energia”, obteve 49 (quarenta e nove) argumentos favoráveis que indicam tratar-se ainda de uma grande oportunidade para o Estado. Foi destacado que se o Estado é o “celeiro do Brasil”, precisa de demanda crescente para expandir a sua capacidade de produção. Nesse processo, o fundamental é que ele tenha capacidade competitiva para atender a demanda. Além disso, essa oportunidade abre outras possibilidades, como a do desenvolvimento da biotecnologia que pode ser realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no Estado.

O crescimento da demanda por alimentos no mundo é uma grande oportunidade e poderá colocar Mato Grosso em primeiro lugar no Brasil, quanto à capacidade de atendimento a esta demanda. Observou-se que as duas maiores crises do milênio serão: alimentação e energia. O Estado tem as duas coisas em abundância, portanto, pode vir a ser, de fato, o “celeiro do mundo”. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) será preciso dobrar a produção de alimentos até 2050, tanto da proteína animal como da proteína vegetal, para atender à demanda por alimentos e isto já é uma preocupação no mundo. Neste caso, Mato Grosso é o estado que tem melhores possibilidades para aproveitar esta condição, devido sua vocação agropecuária, pela disponibilidade de recursos naturais, solo, clima e conhecimento técnico.

A demanda por produtos exóticos e regionais para a utilização na indústria alimentícia e de cosméticos, assim como a demanda por conservação ambiental e por produtos agroecológicos e orgânicos também vem crescendo e isto representa também uma vantagem para o extrativismo e para o pequeno produtor do Estado.

Para 01 (um) entrevistado esta não é uma oportunidade para Mato Grosso por trazer consigo uma contradição: enquanto cresce a produção agrícola no Estado, aproximadamente 60% da soja produzida são transgênicas, o que deixa os produtores reféns das multinacionais e a produção só pode ser pensada para exportação. A produção de alimentos naturais, orgânicos seria uma oportunidade, mas ainda não é considerada como prioridade pelos produtores agrícolas.

Quando se faz referência ao mercado de crédito de carbono, 27 (vinte e sete) participantes declararam considerar esta possibilidade uma oportunidade, pois demonstra preocupação com a recuperação de áreas degradadas. Há 05 (cinco) anos o comércio de crédito de carbono era só uma teoria, hoje, ele já existe na prática. A Federação das Indústrias de Mato Grosso criou uma ONG que vai receber o primeiro pagamento nos próximos meses do ano de 2011. Assim, o mercado de carbono é uma oportunidade que já vem sendo aplicada em Mato Grosso e constitui a melhor alternativa para a conservação da biodiversidade.

Em 13 (treze) argumentos utilizados há concordância em ser esta oportunidade atual foi parcial por considerar que o mercado de carbono é um mercado para o futuro e não tem importância agora, mas para daqui a 20 anos quando os países poluidores decidirem financiar os não poluidores. Segundo argumentam, a utilização do crédito de carbono seria ótima se fosse realmente praticada.

O mercado de carbono abre oportunidades e muitos grupos no Estado estão trabalhando no sentido de viabilizá-lo, mas esse é um mercado de pequena dimensão e as exigências exageradas das normas aplicadas para a negociação dificultam muito a captação dos recursos.

Em 07 (sete) opiniões que foram registradas, o mercado de crédito de carbono é, apenas, mais um modismo e serve para que os países grandes continuem a poluir. Não pode ser considerada uma oportunidade pelo menos no curto prazo, talvez possa se realizar no futuro. Mas isto pode ser mais uma demagogia dos países do primeiro mundo que destruíram o meio ambiente e hoje prometem investir nos países que ainda conservam o meio ambiente.

De outra forma, argumentam que o Brasil não se preparou e não formou profissionais para elaborar projetos nessa área. Mato Grosso não tem técnicos para orientar o aproveitamento dessa oportunidade, portanto, não pode ser considerada uma oportunidade atual.

Outra oportunidade do contexto externo destacada no levantamento anterior, realizado para a elaboração do Plano, diz respeito à ampliação da prática de turismo ambiental, de lazer, de aventura e a pesca esportiva como oportunidades para o desenvolvimento do Estado.

Em 35 (trinta e cinco) argumentos levantados nas entrevistas, constou-se a concordância com essa oportunidade porque o mundo é cada vez mais carente de lazer e turismo e Mato Grosso possui 03 (três) biomas diferentes. Existe uma demanda externa de turistas pelo Estado. O turismo ambiental apresenta-se como uma oportunidade. O município de Nobres tem um grande potencial, assim como outras cidades do Estado.

Houve, ainda, o destaque de que a expansão do turismo é um grande potencial, mas faltou dar destaque ao turismo cultural. Esse foi o diferencial que fez com que Cuiabá fosse selecionada como subsede da Copa do Mundo, em 2014. A identidade cultural foi o elemento que diferenciou o Estado dos outros concorrentes. As empresas de turismo, em Mato Grosso, têm que aproveitar mais a cultura local: a exploração das lendas, o rio Paraguai, as festas e tradições e, incluir nos roteiros, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade que já foi capital do Estado. O turismo também deve ser ampliado para eventos e negócios. O Estado dispõe de tecnologia agrícola de ponta e vem gente do mundo todo aprender com os seus produtores.

Em 08 (oito) argumentos apresentados a concordância foi parcial com a possibilidade de considerar a ampliação da demanda por turismo uma oportunidade significativa para o desenvolvimento do Estado. Consideraram, por exemplo, que o turismo de pesca não é saudável ao ambiente, que o turismo de massa deve ser evitado, além do que, para o desenvolvimento do turismo ambiental no Estado é preciso repensar a legislação ambiental que apresenta várias limitações quanto ao uso do espaço. Por outro lado, observaram que a ampliação do turismo é uma oportunidade para o Estado, mas ele ainda está “engatinhando” nesta área, por falta de infraestrutura adequada, falta de divulgação, etc.

Em apenas 01 (uma) das opiniões, esta não deve ser considerada uma oportunidade para o desenvolvimento do Estado.

Outra oportunidade do contexto externo, definida para o MT+20, refere-se à Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Em 22 (vinte e duas) opiniões apresentadas, no presente levantamento, houve concordância sobre sua atualidade. Os participantes acreditam que essa é a grande oportunidade e que já houve avanços. O projeto está praticamente concluído, além do mais, foi afirmado que este é mais um desafio, pois os brasileiros têm a obrigação de trazer os países sul-americanos para o desenvolvimento conjunto e que a integração não deve ser só em infraestrutura, mas também, para desenvolver ações integradas em diversos setores, como: turismo, comércio e indústria. Se aumentar o empreendedorismo em qualidade, em eficiência, em quantidade haverá aumento da competitividade internacional do Estado o que, reduzirá o ônus das importações.

Para Mato Grosso, essa é uma grande oportunidade para fazer com que o seu aeroporto seja o centro de conexão sul-americana, pois é no Estado que encontra-se o ponto geodésico da América do Sul e isto é um fator importante. Essa oportunidade se mostra especialmente importante se for construída uma linha de trem que ligue Mato Grosso até o Pacífico e facilite o escoamento, barateando dos produtos do Estado no mercado internacional.

Hoje, já existe uma relativa integração comercial e de infraestrutura com os países vizinhos e, de uma maneira geral, ela é necessária, pois o Pacífico é de grande importância para que o agronegócio de Mato Grosso chegue com as suas exportações até a Ásia. Foi lembrado, ainda, que a integração sul-americana virá de qualquer forma, pois Brasil transformou-se em fornecedor de produtos para toda a América do Sul.

A concordância com esta oportunidade foi parcial para 08 (oito) entrevistados, por considerarem que o projeto de integração foi visto, em um primeiro momento, mais como integração entre os parceiros no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Há, no momento, uma baixa integração do MERCOSUL e esse projeto passou a ser visto como uma possibilidade de rota para o escoamento da produção para outros pontos do mundo, ou mesmo, como base para a aplicação de acordos bilaterais pela facilidade de acesso com melhorias nas condições de trafegabilidade das estradas e, até mesmo, possibilidades de estabelecimento de mercados entre os países. A rota é uma via de mão dupla e da mesma forma que possibilita a exportação pode tornar-se uma possibilidade de importação de produtos dos países vizinhos e isso poderia baratear, internamente, o custo de produção.

Por outro lado, alguns consideraram que a exportação pelos portos do Pacífico não é o mais importante, pois não é viável no curto prazo, mas pode ser muito mais positiva a integração da infraestrutura para possibilitar a aproximação com outros países da América do Sul.

Também o projeto de integração latino-americana poderia possibilitar o acesso aos países andinos e criar um novo mercado para Mato Grosso. Assim como os mato-grossenses poderiam aproveitar das belezas dos Andes e incrementar as possibilidades de turismo para fora do Estado. O problema é que a relação com a Bolívia é complicada o que faz com que essa abertura passe a requerer maior controle aduaneiro e envolve, inclusive, o controle fitossanitário.

Sabe-se que o estado de Rondônia vem trabalhando essa integração, mas não se sabe se Mato Grosso também está envolvido no projeto. Os produtores

locais que estiverem muito próximos a Rondônia poderão aproveitar se a ligação for feita por lá. Fazer um projeto de ligação por Mato Grosso sai muito caro devido às barreiras naturais, como os Andes.

Em 11 (onze) argumentos apresentados o sentimento foi de não concordar que essa seja uma oportunidade importante para o desenvolvimento do Estado porque ela se mostra pouco aproveitável devido ao baixo calado dos portos do Pacífico. Existem alternativas de custo mais baixo para Mato Grosso, como a Hidrovia Madeira-Amazonas (para atingir o porto de Itacoatiara) e a Hidrovia Teles Pires-Tapajós (que já está em processo de licenciamento). Além do que não existe interesse imediato para Mato Grosso em abrir caminho de acesso para a Bolívia, pois trata-se de um país que encontra-se fora da rota de suas exportações e por apresentar, ainda, grande instabilidade política e gerar insegurança para seus parceiros.

O Projeto IIRSA poderia representar uma oportunidade para o comércio sul-americano por meio da navegação no rio Paraguai, mas essa se limitaria ao comércio nas divisas para pequenos negócios. Atualmente, isto não vai além da Bolívia e não justifica um investimento tão grande para pouco resultado. Assim, pode-se considerar que a integração latino-americana é uma utopia, visto que existe a declaração de que não há dinheiro nem para o desenvolvimento da logística no próprio Estado.

A possibilidade de investimento de capital privado em PPP, especialmente, em concessões na infraestrutura e logística foi considerada, no levantamento da participação há cinco anos, como sendo uma grande oportunidade para o desenvolvimento do Estado. Questionados, hoje, os entrevistados usaram 32 (trinta e dois) argumentos favoráveis para essa oportunidade. Disseram que as PPPs já são realidade no Estado por meio de parcerias entre Estado, municípios e produtores rurais. Destaca-se, entre os contratos, o corredor da produção do Estado através da BR 163 que serve, principalmente, para o escoamento da soja.

As PPPs são boas para o Estado, pois já vêm sendo aplicadas e representam tendências em Mato Grosso. Foi citado como exemplo que, em 2003, havia em

torno de 3 mil quilômetros de estradas asfaltadas, e em 2010, já são aproximadamente 4 mil quilômetros. Todas foram construídas em parcerias. É importante que se estabeleçam PPPs, especialmente em logística: em ferrovias e em ampliação da malha rodoviária.

Também foi lembrado que, atualmente, a agricultura e a pecuária estão integradas como atividades conexas. Isto dá uma competitividade enorme, atrai capital privado e a possibilidade de estabelecimento de PPPs. As PPPs já acontecem, também, na área de energia.

Sabe-se, contudo, que as PPPs internas foram mais eficazes. As parcerias externas cobram sempre mais do que as internas. Os investidores internacionais fazem exigências que o Estado não pode atender e, assim, deve-se dar prioridade à realização de parcerias internas.

No entanto, o conteúdo de 11 (onze) depoimentos foi no sentido de concordar parcialmente ao considerar esta uma grande oportunidade para o desenvolvimento do Estado. Reconheceram que elas são importantes, mas que demandam estudo de viabilidade e que não podem substituir a ação do Estado, mas sim, serem usadas de forma complementar.

Alega-se, ainda, que as PPPs somente vão se consolidar daqui a 20 anos, só vão se fortalecer a médio e longo prazos. Levando em conta as especificidades do Estado, no curto prazo, apenas se abre uma oportunidade na concessão de obras em infraestrutura, em PPPs “caipiras” e isto tem que ser feito em outros moldes.

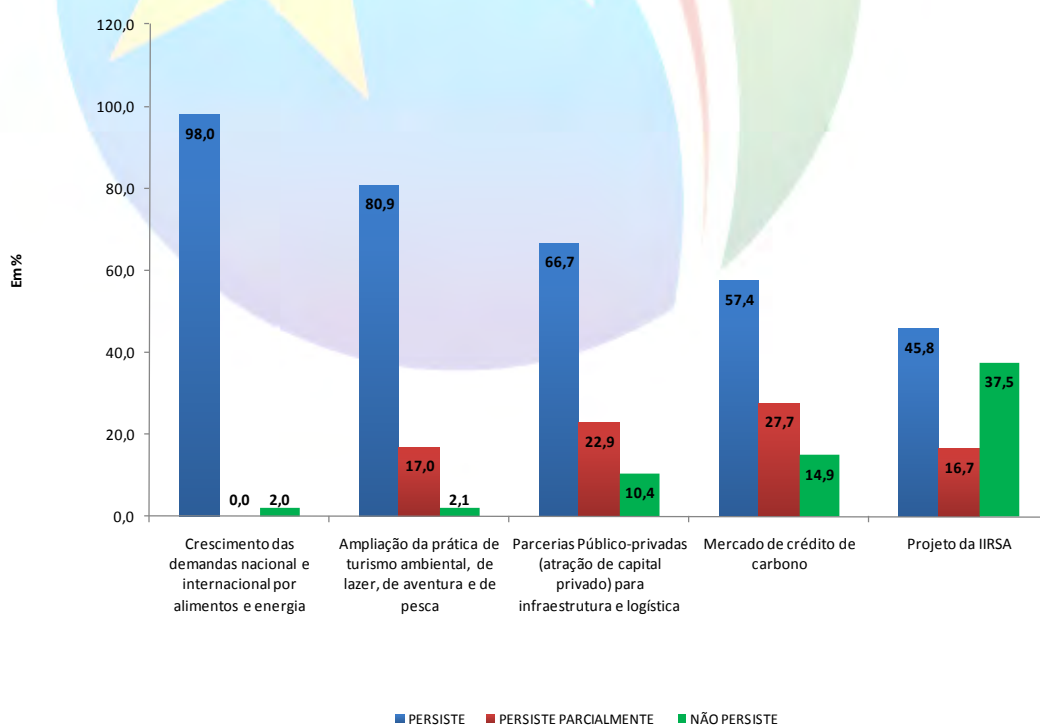
Considerou-se que a regulação sobre o assunto ainda é empírica, o que dificulta a sua realização. O Governo não pode resolver tudo, então, tem que fazer parcerias, o que não deve significar misturar as contas e nem privatizar os interesses públicos.

Para 05 (cinco) argumentações, as PPPs não fluíram como era esperado. A regulação em vigor pode ser uma limitação, pois o processo de consolidação de uma parceria é muito autoritário e torna-se cara para a iniciativa privada bancar os

projetos. Há, também, a falta de credibilidade na continuidade dos processos, o que gera insegurança no investidor privado, mas elas podem ser uma oportunidade para o futuro. Constatou-se, ainda, que as PPPs não vingaram no Estado, pois o capital privado não se apresentou e nem se apresentará, a não ser por via de crédito público.

Das 05 (cinco) oportunidades do contexto externo, destacadas na formulação realizada em 2005, os entrevistados confirmaram três como pertinentes e relevantes para o futuro de Mato Grosso (ver gráfico 5): “Crescimento das demandas nacional e internacional de alimentos e energia”; “Ampliação da prática de turismo ambiental, de lazer, de aventura e pesca”; e “Parcerias Público-privadas (atração de capital privado) para infraestrutura e logística”. O crédito de carbono, como oportunidade, não foi considerado pertinente para quase 15% dos entrevistados. Dentre as 05 oportunidades do contexto externo, a mais rejeitada foi a que considerou a IIRSA e seus projetos de integração da infraestrutura na América do Sul, com 37,5%.

Gráfico 5 – Opiniões dos entrevistados, em percentual, sobre as oportunidades enunciados na elaboração do MT+20



3.2 Novas oportunidades

Depois de analisar as oportunidades para a elaboração do MT+20, em 2005, foi perguntado aos entrevistados se eles consideravam que existiam outras oportunidades para o Estado, além das mencionadas. Foi destacada a realização da Copa do Mundo no Brasil, com subsede em Cuiabá, em 2014, pois vai requerer grandes investimentos em infraestrutura. Também mereceu destaque a realização das Olimpíadas de 2016 no Brasil pela oportunidade que abre ao desenvolvimento do turismo no Estado. Foram também consideradas, como oportunidades: o avanço na produção científica nacional que possibilita a cooperação técnica para a organização das comunidades vulneráveis; a melhoria das relações entre o Governo Federal e os segmentos populares e a criação de novas unidades de conservação que gera ICMS ecológico para os municípios onde elas se localizam.

As novas oportunidades que surgiram e que devem ser aproveitadas para o desenvolvimento de Mato Grosso, segundo os argumentos levantados, foram as seguintes:

a) Dimensão econômica

Foram citadas as seguintes:

- A realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, com subsede em Cuiabá, que proporcionará investimentos em infraestrutura, como: construção de hotéis, ampliação da segurança pública, acessibilidade urbana, ampliação da oferta de serviços de saúde e isto ficará como legado para a população. Vai alavancar o turismo, principalmente o ecoturismo, porque vai trazer pessoas que desejam conhecer locais peculiares que o Estado possui.
- A Copa é uma oportunidade para o mundo ver Mato Grosso. Não só as suas belezas cênicas, mas também, a agricultura, a pecuária, as terras disponíveis, enfim, um Estado produtor, mas que preserva suas riquezas naturais e culturais. As agências de turismo estão desenvolvendo programas integrados. O avanço nos sistemas de comunicação e os

investimentos em tecnologias de publicidade que ainda hoje, são pouco explorados, serão ampliados. A Copa, por fim, vai deixar 06 (seis) legados: o físico, o social, o tecnológico, o ambiental, o de conhecimento e promoção, o esportivo. Esses argumentos formaram o conteúdo de 23 (vinte e três) justificativas para as novas oportunidades;

- A realização das Olimpíadas no Brasil, em 2016 é considerada uma grande oportunidade para o desenvolvimento do turismo no Estado, em 04 (quatro) depoimentos;
- A desconcentração da indústria nacional pode constituir-se em uma oportunidade para diversificar e ampliar o setor industrial no Estado;
- A disponibilidade de crédito internacional barato para o setor privado que já está sendo aproveitado por alguns empresários;
- A previsão de transferência de recursos provenientes do pré-sal;
- A previsão de compra de uma das termoelétricas pela Petrobrás para funcionamento em Mato Grosso, com possibilidades de produzir ureia e amônia e energia (480 MW).
- O mercado internacional que deve continuar demandando *commodities*, mas o que deve mudar é a rota das exportações. Inicialmente era feita para os EUA, Canadá e Europa e agora tende para a Ásia e mercados emergentes.
- O aquecimento do mercado doméstico brasileiro. Na última crise internacional, quando houve diminuição da demanda no mercado internacional, mas o nacional ampliou-se e compensou as perdas.
- A redução da pobreza e a mobilidade social no Brasil nos últimos anos provocaram o aumento do consumo das classes com menor renda e apresenta-se como um potencial para o consumo de produtos mato-grossenses.

b) Dimensão sociocultural

Nesta área foram indicadas novas oportunidades para o desenvolvimento de Mato Grosso:

- A produção científica nacional que já é bem qualificada em várias áreas e possibilita a cooperação técnica, especialmente, para a organização de comunidades vulneráveis.
- O início de articulação de um sistema que propicie integrações interinstitucional e intersetorial nas áreas de tecnologia social e de economia solidária.

c) Dimensão político-institucional

Mereceram destaque como novas oportunidades:

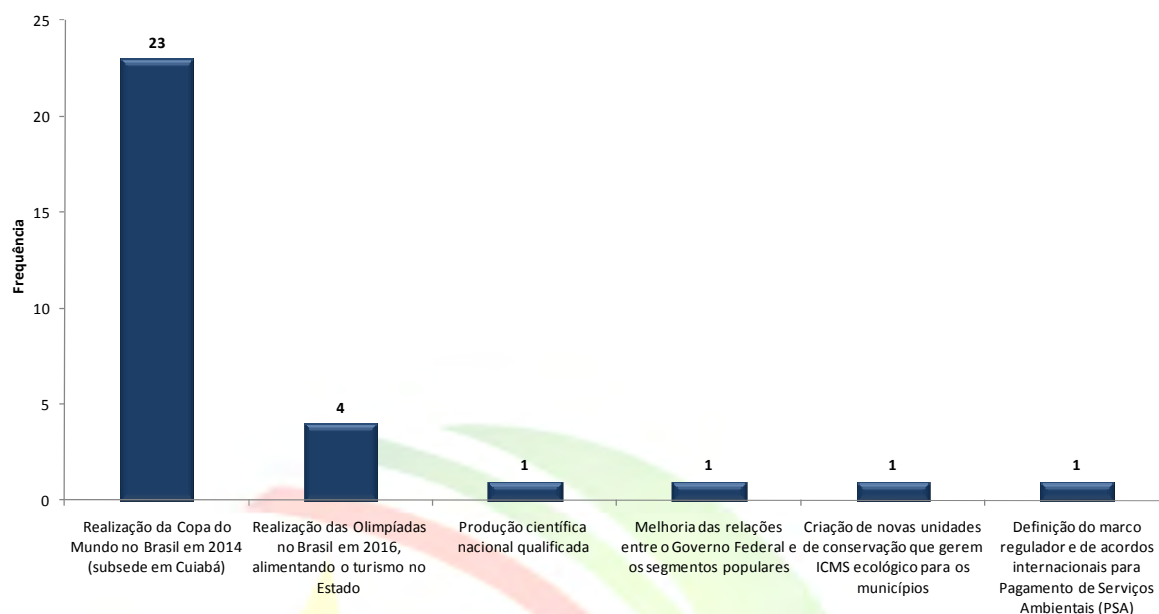
- A melhoria das relações entre o Governo Federal e os segmentos populares;
- As políticas públicas começam a ter continuidade;
- O desenvolvimento das obras do PAC;
- O fortalecimento do Estado no Governo junto ao Governo Federal;
- A descentralização da política nacional de produção para Estados menos desenvolvidos.

d) Dimensão ambiental

Foram objetos de observação, as novas oportunidades:

- A criação de novas unidades de conservação que gerem ICMS ecológico para os municípios;
- A definição do marco regulatório e acordos internacionais para pagar serviços ambientais;
- A possibilidade de melhorar a imagem do Estado perante o mercado externo com a conservação de grandes áreas para unidades de conservação e o desenvolvimento de atividades econômicas consideradas limpas, por exemplo, o extrativismo vegetal autossustentável. O Cerrado tem grande potencial para criação de áreas de unidades de conservação.
- Mato Grosso localiza-se no centro do Brasil e da América do Sul e isto facilita as relações com outros estados e com países da América do Sul.

Gráfico 6 – Novas oportunidades apontadas pelos entrevistados



Pode-se perceber que houve grande concentração na percepção da “Realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 (subsede em Mato Grosso)” como nova oportunidade que surge para Mato Grosso, ver gráfico 6. A “Realização das Olimpíadas no Brasil em 2016” foi a segunda que obteve um número de respostas superior a 01 (um). Constata-se, portanto, que houve dispersões nas identificações de novas oportunidades.

3.3 Síntese: principais oportunidades atuais

Ao considerar a confirmação clara de 03 (três) das principais oportunidades definidas em 2005 e a grande dispersão na percepção de novas, para esse novo ciclo de planejamento mereceu destaque adicional apenas a “Realização da Copa do Mundo no Brasil (subsede em Mato Grosso)”, a qual se associa por semelhança a “Realização das Olimpíadas”.

O “Mercado de crédito de carbono” (gráfico 5) obteve uma confirmação de 57,4%, mas com uma aprovação parcial de 27,4% e pôde ser incluído como a quinta oportunidade, visto que as novas indicações dos entrevistados

demonstraram expressiva concentração em uma única oportunidade e elevada dispersão nas restantes. Assim, ficaram definidas as 05 (cinco) oportunidades:

- a) Crescimento das demandas nacional e internacional por alimentos e energia;
- b) Ampliação da prática de turismo ambiental, de lazer, de aventura e pesca esportiva;
- c) Possibilidade de estabelecer Parcerias Público-privadas, com atração de capital privado, para investimentos em infraestrutura e logística;
- d) Realização da Copa do Mundo no Brasil (subsede em Mato Grosso);
- e) Mercado de crédito de carbono.



IV. Ameaças do Contexto Externo

O levantamento de opiniões, realizado durante a elaboração do Plano, tomou como premissa que o desenvolvimento futuro de Mato Grosso depende de sua capacidade para usar as potencialidades e as vantagens comparativas e, ao mesmo tempo, reduzir suas vulnerabilidades às ameaças a fim de aproveitar as oportunidades do contexto externo. Foram identificadas, durante a realização do processo participativo por entrevistas, algumas ameaças externas que poderiam inibir o desenvolvimento do Estado.

Nessa rodada de entrevistas para revisão do MT+20, as referidas ameaças foram apresentadas para que os entrevistados opinassem quanto as suas pertinências e relevâncias para o desenvolvimento futuro do Estado.

4.1 Avaliação das ameaças definidas no MT+20 (2005)

Ao iniciar o processo de revisão do Plano MT+20 foi questionado aos entrevistados se as 05 (cinco) ameaças destacadas no Plano ainda se mostravam atuais ou se já estavam devidamente equacionadas de forma a minimizar o seu potencial de obstrução ao desenvolvimento local, pelo que foram obtidas as seguintes observações:

Inicialmente, foi questionado o nível de desorganização no desenvolvimento local que poderia ter sido causado por instabilidades internacionais: política e econômica. Dentre os entrevistados, 29 (vinte e nove) confirmaram que esta ameaça é, ainda, atual e que pode ter efeito negativo no desenvolvimento econômico local, pois se, antes, a instabilidade era nacional, hoje, ela é internacional e afeta muito o agronegócio. Como a instabilidade internacional que mais afeta o Estado é mais econômica do que política, ela afeta principalmente o valor dos insumos consumidos na produção agrícola do Estado.

Em um sentido complementar, foi mencionado que a instabilidade internacional é a maior ameaça, principalmente porque altera as regras de concorrência no mercado internacional e interfere no câmbio. Esse fator reduz a competitividade do Estado no mercado internacional. Esta é uma questão

histórica e que possibilita nos países desenvolvidos a valorização da produção nos setores tecnológicos e desvaloriza a agricultura local.

A volatilidade e a crise das relações econômicas internacionais são resultados da adoção de um modelo econômico problemático, pois o modelo vigente está em crise e precisaria ser revisto. O planeta não aguenta mais o modelo vigente e as pessoas vão ter que adotar outro tipo de comportamento. O cenário internacional é o primeiro a sofrer o reajuste e o reajuste interno virá como consequência.

Houve, em 06 (seis) argumentos apresentados, concordância parcial com a persistência dessa ameaça. Consideraram que a instabilidade política internacional, atualmente, já não é uma ameaça, mas a instabilidade econômica sim. A escassez do petróleo em nível mundial é, sim, uma ameaça devido à economia de Mato Grosso ser dependente do diesel.

Outros entrevistados, mesmo concordando parcialmente com a pertinência dessa ameaça, analisaram que a instabilidade política internacional (como o risco de guerra, por exemplo) continua sendo ameaça, mas que a instabilidade econômica seria uma ameaça de pouca intensidade.

De maneira complementar, foi alegado que as maiores ameaças seriam as mudanças externas, mas o país está mais maduro e as instabilidades internacionais estão melhor administradas. Elas podem repercutir no Brasil e, conseqüentemente, em Mato Grosso, pois a corda pode arrebentar na mão do mais fraco, mas quem sabe se daqui a 15 anos o Estado esteja mais forte e suporte melhor as crises.

Em 13 (treze) manifestações a intenção foi não concordar que essa seja uma ameaça, por considerar que as crises internacionais só afetam se o Estado não tiver um projeto local estabelecido. Na última crise, por exemplo, o Estado, de certa forma, não foi afetado, pois o país tem um mercado interno, que pode suprir a redução da demanda internacional. O povo não para de comer mesmo quando tem uma crise, assim, Mato Grosso continua no topo da produção de alimentos.

A instabilidade internacional é, para o Estado, uma oportunidade: os insumos importados barateiam com a baixa do dólar. A instabilidade econômica internacional é constante e quem não se adaptar a ela vai sofrer. O Brasil vem passando sem grandes problemas pelas últimas crises e Mato Grosso também soube se adaptar e não é isso que vai desestabilizar o seu desenvolvimento.

Sobre as ameaças ao desenvolvimento local provocadas pelo ambiente externo foi questionado, na sequência, o impacto da concorrência estabelecida por outros países e estados que possuam bases produtivas semelhante as de Mato Grosso. Foram 23 (vinte e três) argumentações levantadas que confirmaram ser esta ameaça atual, com destaque para a concorrência internacional, sobretudo, a que se faz mediante política de subsídios. Desta forma, a mais grave ameaça, por exemplo, são os subsídios que o produtor norte-americano recebe para produzir.

Houve, também, o destaque de que os países e os estados que se encontram em melhores condições geográficas e com infraestrutura mais sólidas podem estabelecer uma concorrência grande. Foi lembrado que a concorrência só é prejudicial porque o modelo de desenvolvimento em Mato Grosso tem sua base de produção na cultura da soja e na produção de carnes. Se houvesse uma diversificação produtiva, ele poderia ganhar mais espaços no mercado internacional e sofrer menos com a concorrência.

No que se refere à concorrência que se estabelece entre os estados brasileiros foi observado que ela é muito grave porque o estado de Mato Grosso possui logística ruim e que o vizinho estado de Goiás já dispõe de melhor infraestrutura. Há, também, a implantação de impostos novos no Estado que formam uma cobrança de impostos em cascata. Isso faz com que os produtos de Mato Grosso sejam pouco competitivos no mercado.

Em 05 (cinco) depoimentos, seus autores concordaram parcialmente em considerar que, atualmente, a concorrência é uma ameaça externa muito importante porque ela não pressiona diretamente o Estado, devido à alta

competitividade do agronegócio no Estado. Ela se mostra, pontualmente, na área de vestuário e é desenvolvida localmente a partir do algodão.

Em 20 (vinte) depoimentos não houve concordância de que a concorrência seja uma ameaça ao desenvolvimento do Estado por acreditarem que Mato Grosso leva vantagem sobre outros países que possuem estrutura produtiva semelhante em razão da disponibilidade de terras. Isso faz com que a concorrência com a produção do Estado torne-se pífia, pois dificilmente algum estado vai bater a produção de Mato Grosso, além de a concorrência ficar atenuada em função da ampliação da demanda pelos produtos locais.

A concorrência não é tão importante, porque o mercado internacional é competitivo. O que pode diferenciar o Estado é a qualidade de seus produtos, a certificação, a criação de selos e quando Mato Grosso tiver produtos diferenciados vai ganhar muita visibilidade.

Também foi lembrado que a concorrência é típica do mercado e o querer acabar com a concorrência é buscar uma ditadura de mercado. Quem deseja participar do mercado tem é que se preparar para concorrer, tem que se adaptar. Se a concorrência é algo essencial da economia, Mato Grosso deve aprender a conviver com ela, explorando as suas vocações.

Em seguida foi indagado aos participantes das entrevistas se as barreiras alfandegárias praticadas pelos países desenvolvidos apresentavam uma ameaça ao desenvolvimento do Estado e 30 (trinta) depoimentos concordaram com esta possibilidade.

Segundo alegam, as barreiras são uma ameaça pela falta de uma legislação eficaz que faça prevalecer regras no mercado internacional. Às vezes quando os interessados procuram respeitar a legislação vigente, ela já está ultrapassada. Essas barreiras mostram-se como forte ameaça e estiveram bem presente na crise recente, quando os Estado Unidos da América e a China desenvolveram a prática.

Não só as barreiras alfandegárias, mas também, os subsídios agrícolas praticados pelos países desenvolvidos constituem uma ameaça ao desenvolvimento do Estado. Em parte, isso se deve ao fato de que na medida em que Mato Grosso consegue participar em condições de igualdade, no mercado internacional, aumentam as barreiras. Estão incluídas, também, as barreiras sanitárias que vários países impõem a alguns produtos brasileiros, como o frango e a carne bovina.

Apareceram 05 (cinco) argumentações cujo conteúdo concordava parcialmente com a existência da ameaça apresentada. Alegaram que se o Brasil e Mato Grosso têm que conviver com essas restrições, outros países, também, terão que enfrentá-las, mas elas podem ser eliminadas ou reduzidas. A Europa não vai conseguir subsidiar a produção agrícola por muito tempo e ainda há a contrapartida da China que amplia significativamente a demanda por alimentos. As barreiras continuam, mas a concorrência pode ser salutar, o Estado tem que descobrir e explorar as suas potencialidades e vocações.

Em 13 (treze) argumentos apareceram discordâncias ao considerar as barreiras como uma ameaça ao desenvolvimento do Estado, pois o Brasil tem conseguido vitórias na Organização Mundial do Comércio (OMC), além do que, tanto o País como o Estado também podem estabelecer barreiras e aprender a usá-las na guerra comercial, mas atuando sob as orientações do Itamaraty. Por exemplo, os EUA criam dificuldades alfandegárias e ambientais. Essa briga sempre vai existir e ganhá-la é uma questão de competência. Existem sempre rugas no mercado, mas existem regras para resolver as pendências ou dificuldades. Hoje, o maior mercado consumidor dos produtos de Mato Grosso é a Ásia.

Uma das ameaças sugeridas no levantamento realizado na elaboração do MT+20 foi sobre a dependência do estado de Mato Grosso com relação ao gás boliviano. Sobre esta questão, 16 (dezesesseis) argumentos foram levantados em concordância com a atualidade da ameaça porque ela representa uma insegurança no fornecimento do produto. Não é possível negar que há uma significativa ligação do País e do Estado com um parceiro instável. Para alguns, o

Estado encontra-se nessa situação de dependência do gás boliviano devido à política internacional do Brasil, ao Governo Lula e a PETROBRAS. Faltou capacidade de negociação, deram preferência à aliança externa e não à interna e, a esta altura, para não depender do gás boliviano é preciso repensar a produção de energias alternativas.

Foram 06 (seis) argumentos que concordaram parcialmente com a ameaça. Eles constataram que a dependência do gás boliviano é uma grande ameaça, mas que pode ser resolvido com investimentos internos na substituição do gás. A usina no Pantanal produz, alternativamente, com gás e diesel, mas como o diesel é mais caro, a usina utiliza o gás boliviano para produzir energia.

De forma contrária foi alegado, por outros participantes, mas concordaram parcialmente com a ameaça, que Mato Grosso produz energia elétrica e poderá exportar parte da energia produzida, o que reduz consideravelmente a dependência do gás boliviano.

Em 26 (vinte e seis) argumentos, as opiniões foram no sentido de discordar que a dependência do gás boliviano seja uma ameaça ao crescimento do Estado. Com a instabilidade política na Bolívia houve queda na confiabilidade do fornecimento e o Estado obrigou-se a buscar alternativas na matriz energética. O potencial energético de Mato Grosso é grande e o gás boliviano só atende a uma pequena demanda.

Como última ameaça constante entre as mais citadas no relatório de entrevistas realizadas, na elaboração do Plano, apareceu a intensidade do rigor no controle ambiental. No processo de atualização deste Plano foram constatadas 21 (vinte e uma) confirmações de sua atualidade, como ameaça ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Estes entrevistados consideraram a Legislação Ambiental muito restritiva e não permite a expansão da produção como a que se obtinha há 10 anos, gerando problemas de elevação do custo de produção, dificuldade na expansão da fronteira agrícola, queda nos preços dos produtos agrícolas e nos lucros dos produtores.

Para alguns entrevistados, que consideraram equivocada a postura dos órgãos de controle ambiental, a expansão da fronteira agrícola no Estado é inevitável e pode vir a ocupar terras já degradadas, recuperando-as pelo uso de tecnologias.

O entrave maior à expansão da fronteira agrícola é imposto por ações de ONGs (algumas subordinadas a interesses internacionais), IBAMA e Governo Federal. As restrições encarecem o valor das terras e oferecem dificuldades à implantação das rodovias, hidrovias e ferrovias por considerar mais importante a defesa do meio ambiente.

Alguns participantes afirmaram que o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, elaborado e em tramitação no Legislativo à época da realização deste levantamento, restringiu a área de plantio da cana-de-açúcar e isto constitui um absurdo na medida em que a ampliação da área canavieira para aumentar a produção de etanol no Estado (energia de biomassa). Esse é um potencial inibido por forças estranhas, possivelmente, por influência de empresas internacionais. Também os recursos hídricos não poderiam ser explorados de forma mais eficiente, pela construção de hidrelétricas, porque sofrem restrições ambientais.

A concordância parcial em relação à ameaça exercida, pelo rigor no controle ambiental, foi objeto de 06 (seis) entrevistas. Para esses entrevistados, a defesa do meio ambiente constitui argumento utilizado por concorrentes do Estado no mercado de produtos agropecuários e por ONGs financiadas por governos estrangeiros como: EUA, França e Inglaterra. Entendem que qualquer ação do Estado que leve em consideração os argumentos ambientalistas, deve partir de estudos científicos que comprovem os riscos ao meio ambiente decorrentes das atividades avaliadas. Afirmam, ainda, que os riscos de mudanças climáticas têm sido utilizados para inibir o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Estado.

Contrários a esses posicionamentos encontram-se 32 (trinta e dois) depoimentos que não consideram o rigor no controle ambiental como ameaça ao desenvolvimento do Estado e se destacam por considerar que ainda falta rigor

sobre as praticas predatórias. Nesse sentido outro argumento afirma que não é o rigor no controle ambiental que atrapalha o desenvolvimento do Estado. O que falta, mesmo, é agilidade na liberação dos empreendimentos que podem gerar emprego e renda para a população.

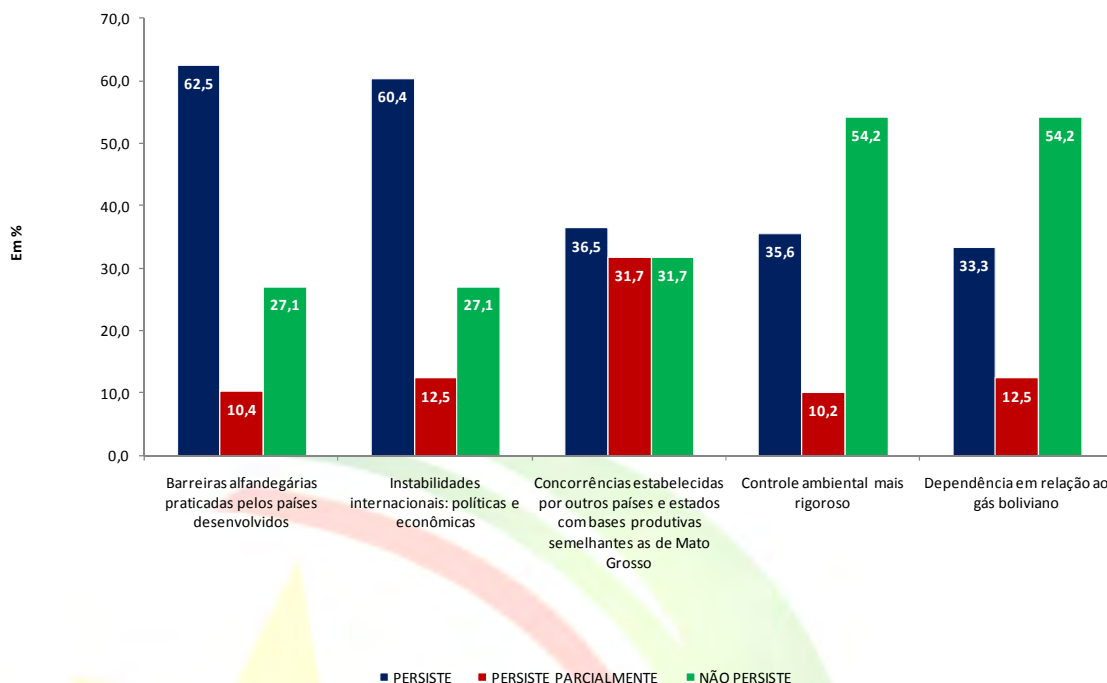
Alguns afirmaram que em Mato Grosso ainda existem incêndios criminosos, mas alegaram que a capacidade de recuperação do ambiente também é grande, o que minimizaria o problema. O rigor no controle ambiental, pelo contrário, foi considerado uma condição para o desenvolvimento. Não limita a atividade econômica e alegou-se que a atuação da fiscalização ambiental ainda é muito fraca e só aparece quando já está constatada a agressão ao meio ambiente e que os infratores não são punidos

Por outro lado, foi lembrado que o Código Florestal Brasileiro buscou uma forma de mostrar o potencial de Mato Grosso e foi referenciado pelo mundo todo. É preciso que o desenvolvimento do Estado não agrida o meio ambiente. O rigor é necessário e a destruição da natureza, decididamente, é que é uma ameaça.

Constatou-se também, que atualmente, Mato Grosso já começou a estabelecer compromissos com a sustentabilidade o que resultou em respeito internacional para com o Brasil e o Estado. O produtor já entendeu que precisa ter na produção um mínimo que seja de sustentabilidade ambiental. Com o tempo, houve uma inversão e o rigor no controle ambiental passou a ser uma oportunidade. Os países importadores, mesmo aqueles que não preservaram, estão cada vez mais exigentes e a certificação de produtos não impede o desenvolvimento, pelo contrário, abre espaços no mercado. O Estado tem que preparar-se para produzir alimentos certificados.

Pode-se concluir que apenas duas ameaças formuladas em 2005 receberam confirmação superior a 60% na opinião dos entrevistados: “Barreiras alfandegárias praticadas pelos países desenvolvidos”, e “Instabilidade internacional política e econômica”. Para ambas, no entanto, houve uma rejeição de pertinência e atualidade de 27,1% (gráfico 7), percentual significativo para ser desconsiderado no novo ciclo de planejamento.

Gráfico 7 – Opiniões dos entrevistados, em percentual, sobre a atualidade das principais ameaças para o estado de Mato Grosso



4.2 Novas ameaças

Questionados sobre quais outras ameaças, além das apresentadas, devem ser levadas em consideração pelo Planejamento para que não interfiram no desenvolvimento do Estado, os posicionamentos tomados pelos entrevistados que mais se destacaram foram os seguintes: a desvalorização cambial que enfraquece o poder de negociação dos produtos do Estado; a questão tributária quando as cobranças oneram a produção; o tráfico internacional de drogas e o contrabando de armas, pois ambos utilizam o estado de Mato Grosso, devido à extensa área de fronteira, como uma das principais rotas no Brasil e os riscos das mudanças climáticas, pelo fato de o Estado ter a sua economia baseada na agricultura.

a) Dimensão econômica

Com relação ao desempenho da economia, destacaram-se as ameaças:

- A questão cambial, com a desvalorização do dólar, desestimula as exportações do Estado, receberam 02(duas) indicações;

- A realização da Copa do Mundo com subsede em Cuiabá sem que se tenha a segurança sobre os recursos federais necessários para os investimentos em infraestrutura o que pode resultar em endividamento de Mato Grosso. Hoje o Estado dispõe de um setor turístico mal organizado, um sistema de saúde precário, além do que foi considerado um absurdo a demolição de um estádio para construção de outro, no mesmo local, o que seria uma oportunidade, pode tornar-se uma ameaça. Duas entrevistas consideraram como ameaça ao desenvolvimento de Mato Grosso. Deve-se, porém, lembrar que a realização de uma das etapas da Copa do Mundo em Cuiabá foi considerada como grande oportunidade pela maioria dos entrevistados;
- A não utilização do porto de Itacoatiara que apresenta melhores condições de uso e de acesso com o asfaltamento da BR 163 pela escolha do porto de Santarém que tem baixo calado e dificulta as exportações do Estado;
- As manipulações do crédito internacional por outros países, especialmente EUA e China;
- A dependência da economia estadual em relação a exportações de *commodities* produz dependências de tecnologias e insumos de outros países, inclusive, agrotóxicos;
- A dependência do mercado transnacional possibilita práticas de saque das riquezas naturais com custos ambientais e sociais.

b) Dimensão sociocultural

As ameaças atuais consideradas mais relevantes foram:

- O tráfico internacional de drogas, armas e contrabando visto que Mato Grosso é uma das principais rotas no Brasil, principalmente, por estar em região de fronteira, fator que gera problemas de ordem social e de segurança pública para o Estado. Foi considerada uma grande ameaça por 07 (sete) entrevistados;
- O rigor da legislação internacional trabalhista sobre a concepção do que seja trabalho escravo e que denunciou esta prática no Estado, mas ela já foi abolida;

- A vinda de profissionais qualificados, de outros estados e países, e que são contratados para atuar nas obras locais em detrimento dos trabalhadores mato-grossenses;
- A perda de “cérebros” e profissionais qualificados do Estado para os grandes centros nacionais e internacionais.

c) Dimensão político-institucional

As ameaças que foram consideradas como mais importantes para os entrevistados:

- A questão tem origem na legislação tributária brasileira. Sem a reforma tributária terá que ser feito um esforço muito grande para que o Estado de Mato Grosso não tenha perdas severas que comprometam a sua capacidade de investimentos. O valor que se recebe hoje do Governo Federal, pela aplicação da Lei Kandir, não corresponde à real perda de arrecadação do Estado que arca com o passivo. O Estado precisa de uma recompensa melhor, porque a Lei Kandir traz vantagens para o Brasil e desvantagens para o Estado, pois aumenta a balança comercial brasileira e diminui a receita tributária estadual. Esta ameaça recebeu 05 (cinco) indicações.
- As ameaças decorrentes do fato de Mato Grosso estabelecer fronteiras internacional e nacionais, inclusive fronteiras secas e que apresentam dificuldades de controle. O controle de fronteiras no Brasil não é eficiente o bastante para evitar transtornos: sanitário e alfandegário. Esta ameaça foi identificada por 04 (quatro) participantes;
- A insegurança para os investidores que utilizam incentivos fiscais para se instalarem no Estado, sendo que vários desses incentivos ainda não estão devidamente legalizados e embasados constitucionalmente e podem ser suspensos. Recebeu indicação de ameaça ao desenvolvimento de 02 (dois) entrevistados;
- A guerra fiscal praticada entre os estados tornou-se uma grande ameaça ao desenvolvimento local. Entendimento de 02 (dois) participantes;

- A fragilidade da soberania nacional no que diz respeito à ocupação e uso das terras, dos recursos naturais e a propostas de internacionalização da Amazônia recebeu 02 (duas) indicações;
- A máquina administrativa do Brasil e do Estado consome grande parte dos recursos orçamentários para sua manutenção, reduz a capacidade de investimento, além de dificultar ações por excesso de burocracia;
- A insegurança jurídica que ocorre por conflitos de entendimentos entre as instâncias judiciais, tanto na esfera estadual como federal;
- A não existência de equilíbrio e equidade nos investimentos públicos do Governo Federal. Deve haver uma política definida para investimentos e alocação de recursos nos diversos setores.
- A elevada carga tributária na composição salarial no Brasil que faz com que o empregado ganha pouco e o empregador pague muito;
- O excesso de burocracia nas fronteiras sul-americanas;

d) Dimensão ambiental

Quando foram solicitados a refletir sobre as novas ameaças ambientais, os participantes destacaram:

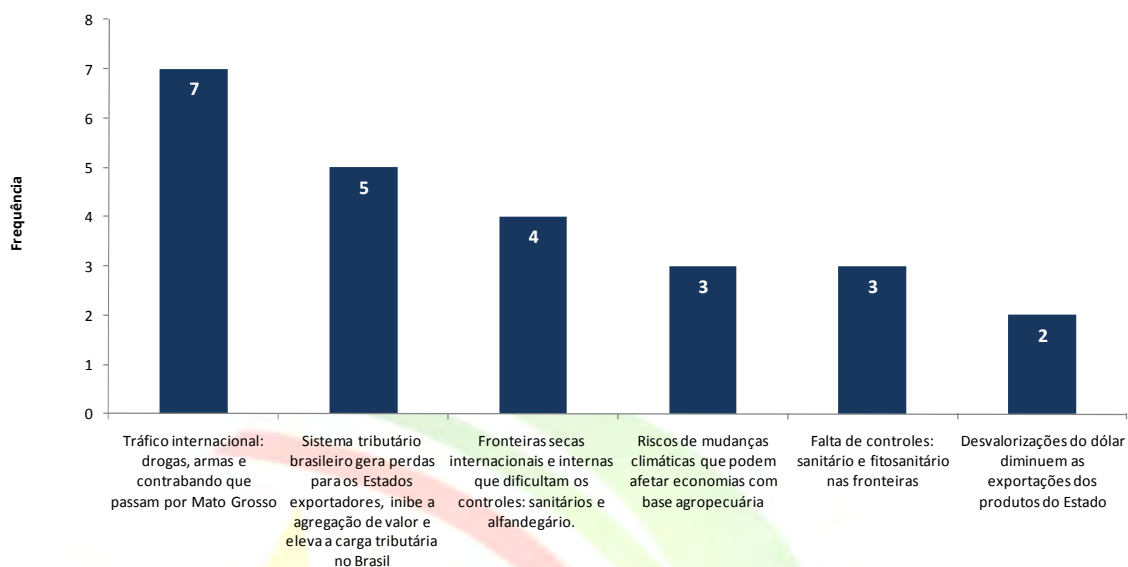
- Os riscos resultantes das mudanças climáticas porque Mato Grosso tem na agropecuária a sua principal atividade econômica e as condições climáticas constituem um fator que afeta o seu desenvolvimento, foi objeto de 03 (três) indicações;
- A falta de controles sanitários nas fronteiras também foi enfatizada como ameaça por 03 (três) entrevistados;
- O aumento de exigências do mercado internacional quanto aos critérios de qualidade dos produtos e da responsabilidade com a produção;
- As dificuldades apresentadas para a comercialização de produtos transgênicos no Brasil e no exterior;
- O fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONG), nacionais e internacionais que influenciam nas tomadas de decisões sobre questões ambientais;
- As barreiras fitossanitárias praticadas pelos países desenvolvidos;

- A falta de controles sanitário e fitossanitário nas fronteiras;
- O aumento do consumo associado à escassez da água no mundo;
- A pressão internacional sobre preservação e certificação dos produtos como: a cadeia produtiva da carne, da madeira, da pesca;
- As possíveis mudanças que podem ser introduzidas no Código Florestal;
- O consumo de agrotóxicos que têm causado índices alarmantes de casos de câncer;
- As vantagens concedidas à produção de etanol em prejuízo aos biomas e à biodiversidade do Estado.

Ao considerar a frequência das respostas sobre as novas ameaças percebe-se que, pelo menos, três tendências de ameaças foram tomadas como preocupações a serem consideradas no processo de planejamento, como mostra o gráfico 8: “Tráfico internacional de drogas, armas e contrabando que passam por Mato Grosso”; “Sistema tributário brasileiro que gera perdas para os estados exportadores, inibe a agregação de valor aos produtos, assim como a elevada carga tributária praticada no Brasil” e a existência de “Fronteiras internacional e internas, inclusive fronteiras secas, que dificultam os controles do contrabando de armas e drogas, sanitários e alfandegários”.

A ameaça “riscos de mudanças climáticas” ficou em quarto lugar junto com a “Falta de controles sanitário e fitossanitário nas fronteiras” e completa o quadro das 05 principais ameaças ao desenvolvimento de Mato Grosso.

Gráfico 8 – Novas ameaças apontadas pelos entrevistados



4.3 Síntese: principais ameaças atuais

Considerando que praticamente todas as ameaças formuladas anteriormente (2005) foram rejeitadas como pertinentes, principalmente pelos 27,1% dos participantes que desqualificaram as duas que foram apresentadas como maiores ameaças no levantamento anterior - “Barreiras alfandegárias praticadas pelos países desenvolvidos” e “Instabilidade internacional política e econômica”. As novas definições dos entrevistados devem ser indicadas como principais ameaças para o novo ciclo de planejamento, completando as cinco mais relevantes. Pode-se manter a ameaça da lista anterior que recebeu maior aprovação, mesmo que tenha tido rejeição alta.

- Trafico internacional de drogas, armas e contrabando que passa por Mato Grosso;
- Sistema tributário brasileiro que gera perdas para os estados exportadores, inibe a agregação de valor e eleva carga tributária do Brasil;

- c. Fronteiras secas internacional e internas que dificultam o controle fitossanitário e alfandegário;
- d. Riscos de mudanças climáticas;
- e. Barreiras alfandegárias praticadas pelos países desenvolvidos.



V. Propostas de Ações

Para confirmar as informações obtidas durante a realização das entrevistas, foi solicitado que cada participante informasse quais ações poderiam ser consideradas de maior importância para o desenvolvimento sustentável do estado de Mato Grosso. Estas deveriam ser incluídas, prioritariamente, na formulação do Plano Plurianual (PPA) que deverá orientar as ações do Governo entre os anos 2012 e 2015. Obteve-se 88 (oitenta e oito) indicações de ações, descritas a seguir:

Na área econômica, foram destacadas 20 (vinte) ações:

- Incentivar o beneficiamento da matéria-prima e a agregação de valor aos produtos do Estado, com a instalação de grandes fábricas para beneficiar a matéria-prima que facilitará o desenvolvimento das cadeias produtivas, além de gerar empregos, renda e tributação para o Estado. Foram 08 (oito) indicações.
- Facilitar a obtenção de linhas de crédito para investimento na agricultura familiar, titular as terras e proporcionar infraestrutura e assistência técnica, principalmente, na produção de hortifrutigranjeiros. Foram 04 (quatro) indicações.
- Incentivar investimentos na indústria de turismo, em especial, para atender a demanda criada pela realização da Copa do Mundo, em 2014. Foram 03 (três) indicações.
- Propiciar maior facilidade de crédito para financiamentos dos setores produtivos, em bancos privados e/ou públicos.
- Criar instituições (privada ou pública) especializadas em captar recursos e em desenvolver negócios em níveis: nacional e internacional e que propiciem ao produtor informações e facilidades na busca de recursos para investimentos, bem como, o uso de recursos a fundo perdido, etc.
- Incentivar a formação de corporações nos setores produtivos para o enfrentamento das ameaças externas, tanto nacionais como internacionais.
- Aumentar a capacidade de investimentos públicos e privados.

- Incentivar a empregabilidade da população, com capacitação da mão de obra.
- Incentivar a associação das atividades do setor rural aos demais setores econômicos: indústria, comércio e serviços.
- Criar instrumentos para fortalecimento das pequenas empresas.
- Criar instrumentos para desenvolver o empreendedorismo local.
- Incentivar a atração de indústria de transformação e dos setores: comercial e serviços.
- Incentivar a exploração do turismo no Estado.
- Subsidiar o transporte de calcário, o financiamento de adubos, as linhas de crédito nacionais e internacionais que devem ser captadas e repassadas para o produtor.
- Constituir uma política bem definida para os recursos minerais.
- Incentivar a pesca esportiva e a infraestrutura dos empreendimentos do setor de pesca.
- Estimular estudos consistentes na produção de proteína bruta (animal) com orientações da prática aos pequenos produtores.
- Definir a implementação de uma política industrial clara, competente e que inclua uma política de comércio exterior.
- Buscar adensar os investimentos industriais no Estado e atrair novas indústrias como, por exemplo, a automobilística.
- Ampliar incentivos para produção e verticalização comercial de produtos agroecológicos, agroextrativistas e orgânicos.

Vinculados à eficiência dos setores econômico, social e institucional foram 14 (catorze) ações destinadas à melhoria da infraestrutura e da logística no Estado:

- Promover investimentos na infraestrutura de transporte multimodal: estradas, hidrovias, ferrovias, aerovias. Consolidar, especialmente, os projetos estruturantes na área de transporte em três hidrovias: Teles Pires, Tapajós e Paraguai, Ferrovia Internacional do Centro-Oeste, BR 163, BR 158, BR 242, FERRONORTE e a rodovia internacional de Porto Limão a Santa Cruz de La Sierra. Foram 11 (onze) indicações;

- Incentivar e promover investimentos em logística para escoamento da produção. Foram 07 (sete) indicações;
- Promover a atração de empresas prestadoras de serviços na área da construção civil, expansão de eletricidade e linhas de transmissão com o objetivo de compor o processo de implantação de infraestrutura urbana;
- Estabelecer compromissos para interligar todas as cidades que ainda não estiverem conectadas por estradas asfaltadas;
- Realizar substituições das pontes de madeira por pontes de concreto, por razões: econômica e ecológica;
- Promover o replanejamento da cidade de Cuiabá para que ela possa atrair investimentos do capital privado para a indústria, o comércio e a exploração do turismo;
- Melhorar a infraestrutura turística do Pantanal com construções de hotéis;
- Promover melhorias no abastecimento de água em Chapada dos Guimarães;
- Estabelecer uma percepção global e integrada da logística no Estado para eliminar a sua fragmentação;
- Viabilizar a saída da produção do Estado por Santarém até os portos da região Norte;
- Investir na produção de energia sustentável (limpa) com a construção de pequenas centrais hidrelétricas e a produção de biodiesel;
- Viabilizar a infraestrutura social da fronteira agrícola e consolidar o planejamento nas regiões do Estado;
- Promover melhorias nos aeroportos e construir aeroportos municipais para que ocorra a integração entre as regiões do Estado;
- Investir na infraestrutura urbana das cidades do Estado;
- Promover a logística de transporte dentro das cidades para garantir a mobilidade da população.

No campo das ações de conteúdo sociocultural houve uma acentuada concentração em algumas propostas, com ênfase para a educação, saúde e segurança. No total, foram propostas 14 tipos de ações:

- Ampliar os investimentos em educação com elevação percentual dos recursos, de forma gradativa, até que atinja os 35% previstos na Constituição Estadual. Desenvolver controles dos gastos com mais qualidade, capacitar e valorizar o professor, democratizar o acesso à educação básica no interior do Estado e nas comunidades tradicionais, visto que a baixa escolaridade facilita o empobrecimento da população. Foram 17 (dezessete) indicações;
- Investir na infraestrutura de saúde, melhorar o atendimento à população tanto na ampliação da assistência quanto em número de leitos hospitalares, UTIs, etc., promover a regionalização da assistência no interior do Estado e garantir amplo acesso aos serviços de saúde para a população. Foram 13 (treze) indicações;
- Investir em infraestrutura para a segurança pública, com reduções nos indicadores de violência, combate à impunidade e ampliação de ações para prevenir a violência e a criminalidade, fiscalizar as regiões de fronteira, com especial atenção, para estabelecer um controle que evite a entrada de drogas e de armas, sobretudo, quando realizada na fronteira com a Bolívia. Foram 09 (nove) indicações;
- Ampliar os recursos para a educação técnico-profissionalizante e superior, para o ensino e a pesquisa, com destaques para a UNEMAT e o fortalecimento da FAPEMAT a fim de que realizem ações voltadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas e formação de mão de obra especializada na área de elaboração de projetos, e que supram as necessidades de profissionais qualificados para atuarem no mercado local. Foram 07 (sete) indicações;
- Fazer investimentos em saneamento básico: água, esgoto e resíduos sólidos com implantações de aterros sanitários nos municípios e consórcios municipais a fim de melhorar o atendimento à população. Foram 06 (seis) indicações;
- Ampliar a capacidade de pesquisa com investimentos em Ciência e Tecnologia. Foram 04 (quatro) indicações;
- Investir na formalização das manifestações culturais para gerar renda. Foram 03 (três) indicações;

- Promover um programa de inclusão social com base na arte;
- Promover assistência técnica para os pequenos e médios produtores e os assentados;
- Promover o reaproveitamento do lixo na calha do rio Cuiabá para produzir adubo, energia ou reciclagem;
- Capacitar a mão de obra para atuar no turismo e ampliar a oferta de programas de lazer para o turista e para a população;
- Melhorar o atendimento dos serviços bancários;
- Investir em habitação para a população;
- Ampliar recursos para a prática de esportes.

Como ações prioritárias a ser implantadas no setor político-institucional, foram mencionadas 26 (vinte e seis) ações:

- Realizar o reordenamento fundiário com a regularização fundiária, ambiental e social (índios e quilombolas). Foram 07 (sete) indicações;
- Criar programas de assistência técnica e extensão rural, para pequenos, médios e grandes produtores. Foram 04 (quatro) indicações;
- Aprimorar e fortalecer o planejamento público, inclusive, o municipal. Foram 03 (três) indicações;
- Promover a integração entre as ações das Secretarias de Estado para evitar conflitos de programas e a intervenções de interesses políticos. Foram 02 (duas) indicações;
- Ampliar os processos participativos nas concepções e gestões das políticas públicas e ouvir mais as demandas da sociedade. Foram 02 (duas) indicações;
- Facilitar a entrada de recursos oriundos de outras instâncias a fim de melhorar as condições para a concretização dos investimentos, principalmente, daqueles voltados para as obras de infraestrutura urbana. Foram 02 (duas) indicações;
- Evitar o loteamento de cargos no Governo a partir de interesses político-partidários e acabar com a corrupção. Foram 02 (duas) indicações;

- Apoiar a implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária e Comércio Justo. Foram 02 (duas) indicações;
- Fortalecer políticas para atrair investimentos privados para Mato Grosso;
- Implementar controles na fronteira;
- Promover a desburocratização das relações com a Fazenda Estadual;
- Incentivar, junto à Caixa Econômica Federal, em todo estado de Mato Grosso a constituição de uma rede de atendimento, de serviços bancários e de serviços delegados pelo Governo Federal como o Bolsa família, Seguro Desemprego, etc.;
- Incentivar a modernização e a desconcentração do sistema sindical patronal;
- Incentivar o Sistema “S” a trabalhar com uma visão de futuro e antecipar as necessidades do mercado com formação de mão de obra capacitada;
- Melhorar a infraestrutura física de todas secretarias e órgãos do Governo;
- Promover qualificações dos funcionários públicos que atuem nos órgãos estaduais e municipais;
- Ampliar a transparência das ações do Governo com a divulgação das atividades das secretarias e dos órgãos públicos;
- Promover o enxugamento no quadro dos funcionários públicos;
- Implementar uma política de desconcentração de renda e focar o desenvolvimento nos “pequenos” produtores;
- Estabelecer uma inter-relação entre o Estado, o Tribunal de Contas, a Controladoria Geral, as Secretarias, a Caixa Econômica Federal e a União, em um pacto que envolva todos, para agilizar projetos e programas no Estado;
- Regionalizar a política de desenvolvimento para promover a igualdade de oportunidades em todas as regiões e não deixar que permaneçam fronteiras ricas e pobres no Estado;
- Implantar um Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Incentivar a criação de empresas incubadoras de empreendimentos rurais e que fortaleçam o sistema de acompanhamento continuado (consultorias vivenciais);

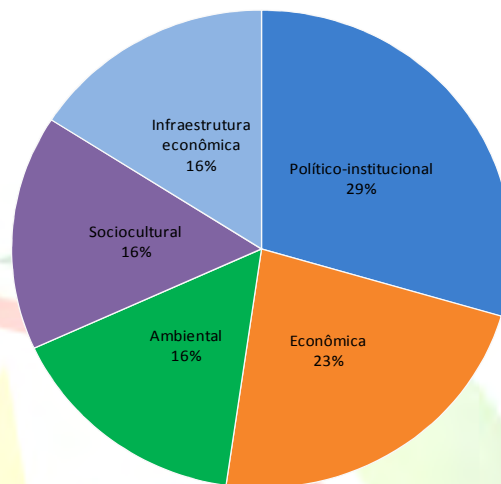
- Fortalecer programas de inclusão social;
- Implantar a meritocracia no serviço público;
- Promover políticas públicas integradas nos três níveis da administração do Estado (federal, estadual e municipal) para garantir a produção de alimentos.

No setor ambiental foram propostas 14 (catorze) ações:

- Reestruturar, reforçar a capacidade de atuação e desburocratizar os órgãos ligados ao controle e proteção do meio ambiente. Foram 04 (quatro) indicações;
- Rediscutir o ZSEE aprovado pela Assembléia para implantação de um ZSEE compatível com a necessária preservação e conservação ambiental. Foram 03 (três) indicações;
- Criar novas unidades de conservação, com diretrizes, metas e prioridades. Foram 02 (duas) indicações;
- Tratar as calhas dos rios Cuiabá e Paraguai;
- Criar unidades de conservação em regiões de cabeceira dos rios;
- Implantar o Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- Implantar o Porto Seco e a Zona de Processamento e Exportação (ZPE) de Cáceres;
- Adotar estratégias para enfrentamento das mudanças climáticas;
- Planejar o desenvolvimento do Estado com propostas de práticas sustentáveis e de acordo com cada ecossistema;
- Estabelecer incentivos econômicos aos que preservam as florestas;
- Incentivar ações para recuperar áreas degradadas e destiná-las para assentamentos rurais;
- Estabelecer diretrizes socioambientais com forte controle social sobre os processos de licitação para obras de infraestrutura;
- Impedir que latifúndios improdutivos transformem-se em unidades de conservação;
- Criar um sistema de reposição de animais silvestres.

Na distribuição por dimensão, como mostra o gráfico 9, percebe-se um relativo equilíbrio no número total nas formulações de ações. Mesmo assim, a dimensão político-institucional lidera com 29% das propostas, seguida pela dimensão econômica com 23% das ações propostas pelos entrevistados.

Gráfico 9 – Distribuição das propostas de ações por área



Ao considerar a frequência das propostas dos entrevistados, pode-se selecionar as dez ações (onze, pois a 10ª e a 11ª tiveram o mesmo número de indicações) com maior densidade na percepção da sociedade mato-grossense representada pelos entrevistados.

Gráfico 10 – Principais ações apontadas pelos entrevistados, segundo a frequência das citações



Dessa forma, na elaboração dos programas e projetos prioritários, deve-se destacar as seguintes ações:

- Ampliar os investimentos na educação com eficiência e qualidade;
- Melhorar a infraestrutura de saúde e o atendimento à população;
- Ampliar e qualificar a infraestrutura de transporte multimodal (projetos estruturantes);
- Reforçar a infraestrutura de segurança pública, com especial atenção na fronteira;
- Promover a agregação de valores e beneficiamento da matéria-prima;
- Melhorar a logística para escoamento da produção;
- Ampliar e melhorar a educação técnico-profissionalizante e superior (ensino e pesquisa);
- Realizar o reordenamento fundiário com a regularização fundiária, ambiental e social;
- Aumentar os investimentos no saneamento básico, incluindo aterros sanitários nos municípios;

- j. Criar ambiente para investimentos na agricultura familiar com titulações das terras, infraestrutura e assistência técnica;
- k. Reestruturar, desburocratizar e reforçar a capacidade dos órgãos ligados ao meio ambiente.



Apêndices

Relação de Entrevistados

1. Adolfo Grassi de Oliveira – Advogado, Administrador, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB (Secção MT)
2. Afonso Dalberto - Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT)
3. Albino dos Santos Filho - Presidente da Cooperativa de Extração de Castanha do Brasil (CECAB)
4. Alessandra Panizi de Souza - Advogada e Consultora do Instituto Naturae (INAE)
5. Arnaldo Alves de Souza Neto - Secretário de Estado de Infraestrutura (SINFRA)
6. Carolina Joana da Silva – Prof^a Dr^a Coordenadora do Programa Doutorado em Cooperação Científica e Tecnológica em Ecologia e Recursos Naturais na UFSCar e ex Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso
7. Cezário Siqueira Gonçalves Neto - Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso (SINDUSCON/MT)
8. Daniela Maimoni de Figueiredo – Prof^a Dr^a em Biologia, empresária e membro do Conselho de Recursos Hídricos (CEHIDRO)
9. Diógenes Curado Filho - Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (SESP)
10. Everson da Silva Jesus "Johnny Everson" - Presidente do Conselho de Cultura de Mato Grosso
11. Fernando Francisco Xavier – Mestre e Pesquisador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
12. Fernando Tadeu Borges de Miranda – Prof. Dr. Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso
13. Gabriel Novis Neves - Médico e ex Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso e ex Secretário de Estado de Saúde
14. Gilmar S. Ferreira - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

15. Ivo Carlos Zecchin - Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal
16. Jandir José Milan - Presidente da Federação da Indústria do Estado de Mato Grosso (FIEMT)
17. Jilson Francisco da Silva - Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural (SEDER)
18. João Carlos Laino - Empresário e Presidente do Sindicato das Micros e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços de Mato Grosso
19. José Alberto Vieira de Aguiar - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)
20. José Bispo Barbosa - Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IF/MT)
21. José Geraldo Riva - Deputado Estadual
22. Jose Gonçalves Botelho do Prado - Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e Auditor do Estado
23. José Manuel Carvalho Marta – Prof. Dr. da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso
24. Júlio Gameiro Miragaya – Doutorando, Coordenador Geral de Planejamento e Gestão Territorial do Ministério da Integração Nacional e Membro do Conselho Federal de Economia
25. Luiz Carlos Meister – Pecuárista
26. Marcel Souza de Cursi - Secretário Adjunto da Receita Pública de Mato Grosso
27. Márcia Vandoni - Presidente da Agência Estadual de Regulação (AGER)
28. Marlene Kirchesch - Assessora Técnica da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ex-Secretária de Estado de Cultura e ex-Conselheira de Cultura
29. Michele Sato – Profª Drª, pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso, educadora e militante social
30. Nicolau Priante Filho – Pós-doutor e Diretor Operacional da Cooperativa de Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (Coorimbatá)
31. Onofre Ribeiro da Silva - Secretário Adjunto de Jornalismo da Secretaria de Estado de Comunicação e Jornalista

32. Paulo Inácio Dias Lessa - Desembargador e ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
33. Pedro Ferreira de Souza - Presidente da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM)
34. Pedro Jamil Nadaf - Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Mineração e Energia (SICME)
35. Ramiro Hofmeister de Almeida Martins-Costa - Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MT)
36. Rui Carlos Ottoni Prado - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO)
37. Sebastião dos Reis Gonçalves - Vice-prefeito de Várzea Grande
38. Solange Pereira da Silva - Assistente Social e militante de movimentos sociais
39. Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa – Profª Drª da Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso
40. Valter Albano da Silva- Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE)
41. Vanice Marques - Secretária de Estado de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR)
42. Vitor Peruare - Indígena - Povo Bakairi
43. Vivaldo Lopes Dias - Secretário Adjunto da Casa Civil do Estado de Mato Grosso
44. Waldir Antonio Serafim da Silva - Mestre em Economia e professor universitário
45. Wilson Pereira dos Santos – Advogado, professor e ex-prefeito de Cuiabá
46. Wirlisbeste Salvador Cavallari - Membro do Conselho Estadual das Cidades e Empresário em Juara – MT
47. Yenes Jesus de Magalhães – ex Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal (AGECOPA)
48. Zózima Dias dos Santos Sales - Ten. Cel. e Coordenadora da Rede

Cidadã da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SESP)



Roteiro das entrevistas

1. Durante o levantamento realizado, em 2005, foram apontadas as seguintes potencialidades disponíveis no Estado:
 - ricas paisagens naturais e acervo cultural para exploração do turismo;
 - disponibilidade de terras de baixo custo para viabilizar a expansão da fronteira agrícola;
 - disponibilidade de recursos naturais renováveis e recursos minerais;
 - capacidade de exploração de energia renovável: biomassa e hidrelétrica;
 - possibilidade de exploração das principais cadeias produtivas do Estado.
- 1.1. O sr(a) considera que estas potencialidades são as mais importantes, vem sendo aproveitadas e se mostram eficazes no enfrentamento dos problemas em Mato Grosso? Por que?
- 1.2. Que outras potencialidades poderiam ser aproveitadas para o desenvolvimento do Estado?
2. Na elaboração do MT + 20, em 2005, foram identificados como principais entraves ao desenvolvimento de Mato Grosso os seguintes problemas:
 - inexistência de uma estrutura logística multimodal que integre as diversas modalidades de transporte com as estruturas de armazenamento e distribuição no Estado;
 - a distância que existe entre Mato Grosso e os grandes centros consumidores, inclusive dos portos de embarque da exportação;
 - conflitos pela posse da terra (clima de insegurança e aversão ao risco por parte de investidor);
 - deterioração dos ecossistemas em geral e, em especial, do Pantanal (danos causados à biodiversidade);
 - fragilidade do sistema de pesquisa e assistência técnica para produtores.
- 2.1. O sr(a) considera que estes problemas continuam, na atualidade, a ser os principais problemas? Por que?

2.2. O sr(a) identifica algum outro problema que dificulta o desenvolvimento do Estado e que não está contemplado nesta relação?

3. Foram consideradas como oportunidades geradas pelo contexto externo e que, se devidamente aproveitadas, poderiam contribuir para o desenvolvimento do Estado:

- o crescimento das demandas nacional e internacional de alimentos e energia;
- o mercado de crédito de carbono;
- a ampliação da prática de turismo ambiental, de lazer, de aventura e pesca;
- o projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA);
- a possibilidade de investimento de capital privado em PPPs, especialmente, em concessões na infraestrutura e logística.

3.1. O sr(a) considera que estas oportunidades continuam, na atualidade, válidas para o desenvolvimento do Estado? Por que?

3.2. Que outras oportunidades surgiram e devem ser aproveitadas para o desenvolvimento de Mato Grosso?

4. Durante o levantamento realizado, em 2005, foram identificadas algumas ameaças que poderiam inibir o desenvolvimento do Estado:

- as instabilidades internacionais: política e econômica;
- a concorrência estabelecida por outros países e estados que possuam bases produtivas semelhantes às bases mato-grossenses;
- as barreiras alfandegárias praticadas pelos países desenvolvidos;
- a dependência em relação ao gás boliviano.

- 4.1. Estas ameaças estão devidamente equacionadas, de forma a minimizar o seu potencial de obstrução ao desenvolvimento local? Por que?
- 4.2. Que outras ameaças devem ser consideradas, atualmente, pelo planejamento para que não dificultem o desenvolvimento local?
5. Com base nas suas respostas anteriores, que ações estratégicas o sr(a) considera que devem ser incluídas, prioritariamente, no PPA 2012-2015, para alavancar o seu desenvolvimento do Estado?



Equipe de revisão do Plano de Longo Prazo de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN)

Regiane Berchieli – Coordenação Geral
Luceni Grassi de Oliveira – Coordenação Técnica
Álvaro Lucas do Amaral
Antonio Abutakka
Ariana Guedes de Oliveira
Denize A. Rodrigues Amorim
Edmar Augusto Vieira
Edson da Costa Ribeiro
Ericnilson Lana
Fernandes Costa Oliveira
Gloria Maria Silva
Ivana Célia da Cruz Lobato
Jesuino Mateus Vianna Moraes
José Francisco Nunes
Luzia Ivo de Almeida Arima
Márcia Silva Pereira Rivera
Maria Auxiliadora M. Vasconcelos
Maria Stella Lopes O. Conselvam
Marize Bueno de Souza Soares
Nilson Antonio Batista
Nivanda França Araújo
Pamela de Carvalho Vieira
Paula Gonçalves Baicere
Paula Luciana da Silva
Rogério Oliveira e Sá
Tereza Neide Nunes Vasconcelos

Vice-Governadoria

Aldenice Bernardo Garcia
João Carlos de Souza Maia

Casa Civil

Edna Luiza A. Sampaio
Larissa Regina Almeida
Vinicius de Carvalho Araújo

Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP)

Abadio José da Cunha Junior
Alexandre Bustamante dos Santos
Ana Paula Villaça Lourenço
Anderson Aparecido dos Anjos Garcia
Antônio Mario da S. Ibanez Filho
Atila Wanderley da Silva
Clarindo Alves Castro
José Antonio Cavadas Filho

Júlio Cezar Rodrigues
Maika R. Galvão
Marcos Aurélio Veloso e Silva
Marcos Roberto Sovinski
Orcilon Claudino de Freitas
Patrícia de Cássia Valério Fachone
Pedro Alves Costa Filho
Roger Ramos Martini
Romeu Luiz dos Santos
Rozimeire S. Shimiza
Rubens Sadão Okada
Terezinha Fátima Jordão Silva
Valter Luis Razera
Wilkerson Felizardo Sandes
Zózima Dias dos Santos Sales
Zuilton Braz Marcelino

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Claúdia Carvalho
Genilto Nogueira
Gisele Gugel
José Antônio Gomes Chaves
Lenice Silva dos Santos
Marlete Clara Janone
Renata Cristina Pastro Pavan
Simone Cordeiro c. Guedes
Tereza A. de Rezende David
Vera Lúcia Pereira Araújo
Viviane da Costa Nunes

Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ)

Elenice Ribeiro Serafim da Silva
Jonil Vital de Souza
Laerte Santana
Nardele Pires Rotherbarth

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF)

Aldi Gomes
Edberto M. Lemes Pinto
Paulo Antonio da Costa Bilego
Paulo Ernesto Kwge
Rodrigo Furquim Rodrigues
Valquim Félix da Silva

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME)

José do Carmo Ferraz

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS)

Luciano Jóia

Maria Honorata Medeiros

Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR)

Deocleciano Ferreira Vieira

Reinaldo Vaz Guimarães

Simone das Graças Pinto Lara

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Aidé Fátima de Campos

Allan Kardec Benitez

Ângela Maria dos Santos

Ema Marta Dunck Cintra

Félix Rondon Adugoenau

Gláucia Ribeiro

Marcos Amado Gonçalves da Silva

Maria Elisa Soares

Maria Luzenira Braz

Rui Leonardo

Vera Margareth Fabro

Secretaria de Estado de Administração (SAD)

Amauri Leite Paredes

Jane Sifuentes Machado

Maria Auxiliadora de Souza

Maria Tereza de Mello Vidatto

Secretaria de Estado de Saúde (SES)

Adelma Vargas

Alaide Ribeiro F. Vieira

Ana Atala Veggi Filha

Ana Conceição Calhao

Andressa Braun Novaczyk

Celma Lucia Rocha Alves Ferreira

Claudete de Souza Maria

Claudiane Corrêa da Costa

Dorvina de Figueiredo Costa Pereira

Edite Eunice de Souza

Glaúbia Rocha Barbosa Relvas

Hugna Mayre de Oliveira

Janaina Pauli

Jeane Galdino Medeiros

Juliano Silva Melo

Leonor Cristina Alves Pereira

Lourival B. Coenga

Lucinéia Soares da Silva

Mara Patrícia Ferreira da Penha

Marcionita José Curvo de Moraes

Maria Conceição da Encarnação Villa
Maria de Lurdes Queiroz
Marlene Kazuko Miyashita Romio
Martha Isabel Pereira Matos
Oberdan Ferreira Coutinho Lira
Patrícia Lopes Griggi Pedrosa
Paulo Sebastião da Silva
Paulo Roberto Araújo
Regina Paula De Oliveira Amorim Costa
Siriana Maria da Silva
Susilei Lourenço dos Santos
Tânia Rosário
Valeria C. Meneguini

Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA)

Elaine Corsini
Elder Monteiro Antunes
Eliani Fachim
Felisberto de Carvalho
Hélida Bruno Nogueira Borges
Joel da Silva Oliveira
Leandro Maraschin
Livia Alice de Carvalho Mondin
Mauricio Monteiro Philipp
Nilma Taques
Patrícia Toledo Castilho
Solange F. O. Cruz
Valdinei Valério da Silva
Valmi Simão de Lima
Vânia Márcia Montalvão Guedes
Victoria Arruda

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL)

Claudemir José Bernardi
Mara Lucia Fatuch Bernardi

Secretaria de Estado de Cultura (SEC)

Izabel Consuelo M. Martin
Maria Antulia Leventi
Maria Auxiliadora Campos
Silvania Weisemann

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC)

Adriane de Paula
Adriano Breunig
Márcia Helena de Moraes Souza
Marystela Auxiliadora R. Silva

Secretaria de Estado das Cidades (SECID)

Rita de Cássia Oliveira Chiletto
Raquel Nery Grecco
Rosa Akiko Suezawa Camargo

Secretaria Extraordinária de Estado de Acompanhamento da Logística Intermodal de Transportes (SELIT)

Ilson Fernandes Sanches
Juracy Alves de Oliveira

Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)

Karla Lourdes Ferreira Paes
Mauro Benedito Pouso Curvo
Meire Terezinha V. Ferreira

CASA MILITAR

Antonio Moraes
Clelmar Santos Rabelo de Souza

Defensoria Pública

Mayra Laura Lima de Godoy
Walter de Arruda Fortes

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Mario Furrer
Newton Quinzani

Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo - FIFA 2014

Márcio Barbosa Brandão
Marcus de Deus Grigg
Vagner Jorge Silva
Veruska Almeida de Souza

Escola de Governo

Angela Maria T. Almeida
Jacira Aparecida Anunciação
Neuza do Nascimento

Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Eurico Fernandes de Souza
Evaldo Ferreira
Iraci Aguiar Medeiros

Agência Estadual de Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (AGER)

Paulo Henrique M. Guimarães
Marley A. Moura Lima
Tânia Maria Porto de Moraes

Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER)

Dolorice Moreti
Sebastião Campos Filho

Instituto de Metrologia e Qualidade de Mato Grosso (IMEQ)

Dinair Carvalho
João Henrique T. de Moraes

Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT)

Francisco Aurélio Pereira Borges
Marilza Rodrigues da Silva
Tereza Cristina M. da Silva

Companhia de Mato-Grossense de Mineração (METAMAT)

Iracyane Crysthina Alves de Brito

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT)

Leuza Maria Batista Menezes

Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A (MT FOMENTO)

Rita Rosa da Silva Oliveira

Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso (CEPROMAT)

Ideraldo Bonafé

Assembléia Legislativa (AL)

Abílio Camilo Fernandes

Tribunal de Justiça (TJ)

Adjair Roque de Arruda
Florinda Lopes
Márcia Wolker

Tribunal de Contas do Estado (TCE)

Adjair Roque de Arruda

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Adriano M. R. Figueiredo
Fernando Tadeu de Miranda Borges
José Manuel Carvalho Marta
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Eliane Ribeiro Chaves
Gilberto Lemes do Nascimento
Luzia Cristina Freitas de Souza

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT)

João José de Amorim

Empresa Estatal de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)

João Flávio Veloso

Auditoria Geral do Estado de Mato Grosso (AGE)

Davi Ferreira Botelho

Norton Gley Sales Santos

Associação dos Geólogos de Mato Grosso (AGEMAT)

André Luiz da Silva Molina

Instituto Acácia de Agricultura Familiar (IAAF)

Medson Janer da Silva

Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC)

Regina Lucia Borges Araujo

Fundação Nova Chance (FUNAC)

Mônica Rodrigues de Souza

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Karina Nascimento de Oliveira

Marina Abreu Lacerda

Departamento Estadual de Transito (DETRAN)

Elton César de Aguiar

Juliana Silva do Carmo

Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN)

Ana Elisa Limeira

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT)

João Pedro Valente

Luciano Gomes Ferreira

Escola do Governo

Jacira Aparecida Anunciação

Maria Auxiliadora Souza

Neuza do Nascimento

Arquitetos

Deraldo Campos

José Pedro Porrat

Lucas Gomes de Souza

Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)

Grupo de Trabalho Mobilização Social (GTMS)

Equipe de apoio administrativo e logístico

Elena Alves Nogueira
Jumelice Maria da Silva e Silva
Luiz Fernando Hajime Ikeda
Tânia Maria Salem

Equipe Técnica da Multivisão

Enéas Fernandes de Aguiar – Supervisão geral
Sérgio José Cavalcanti Buarque – Coordenação Técnica
Ester Maria Aguiar de Sousa – Consultora Sênior
Dogercy Nunes Santos – Consultor Sênior
Francisco Fausto Matto Grosso Pereira – Consultor
Edvaldo Martiniano de Luna – Consultor Sênior
José Raymundo Aguiar – Consultor Sênior
Gabriel Tenório Kater – Consultor Sênior
Paulo de Tarso da Rocha – Training
Mônica Mercadante – Designer

